

COLETÂNEA DE ARTIGOS

Gen Ex Maynard Marques de Santa Rosa

TOMO: I



SAGRES

POLÍTICA E GESTÃO ESTRATÉGICA APLICADAS

Santa Rosa, Maynard Marques de;

Coletânea de Artigos e Minutas

1ª Edição. — Editora: Publicação Independente, 2024.

79 páginas.

Modo de Acesso: Site Sagres e outros — Publicação digital (E-book) no formato PDF.

ISBN:978-85-53117-04-8

1. Política. **2.** Filosofia. **3.** Desenvolvimento. **4.** Liderança. **5.** Segurança e Defesa.

SUMÁRIO

<i>SOBRE O AUTOR</i>	3
<i>INTRODUÇÃO</i>	4
<i>A COMISSÃO DA VERDADE</i>	5
<i>UTOPIA SOCIALISTA</i>	7
<i>31 DE MARÇO DE 1964.....</i>	11
<i>LIBERDADE EM RISCO</i>	14
<i>EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO OCIDENTAL</i>	16
<i>A CONJUNTURA E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS.....</i>	21
<i>CENÁRIOS DO BRASIL E DA AMAZÔNIA.....</i>	30
<i>CENÁRIO DA CRISE 1961-1964.....</i>	48
<i>A INTELIGÊNCIA DE ESTADO.....</i>	54
<i>PARADIGMAS DE INSEGURANÇA NO BRASIL.....</i>	58
<i>RECOBRAR A ESPERANÇA</i>	68
<i>A CONJUNTURA NACIONAL E OS CENÁRIOS FUTUROS</i>	70

SOBRE O AUTOR

General de Exército Veterano Maynard Marques de Santa Rosa.

Graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras e serviu em 24 Unidades Militares durante 49 anos na ativa, com vasta experiência na Amazônia.

Realizou os Cursos de Guerra na Selva, Ações de Comandos e Montanhismo Militar.

Possui mestrado pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e doutorado em Ciências Militares, pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, além do pós-doutorado em Política e Estratégia, pelo U.S. Army War College (Carlisle/PA).

Comandou o 11º Batalhão de Infantaria de Montanha (S. J. d'El Rei/MG), a 10ª Brigada de Infantaria Motorizada e a 7ª Região Militar/7ª Div de Exército (ambas em Recife/PE).

Foi 4º Subchefe do Estado-Maior do Exército, Comandante Militar do Nordeste (interino), Secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa e Chefe do Departamento-Geral do Pessoal do Exército.

Professor de pós-graduação da Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP, onde atuou como docente de Estratégia e História da Filosofia.

Foi Secretário Especial de Assuntos Estratégicos da Secretaria Geral da Presidência da República e, atualmente, é Conselheiro do Instituto Sagres (Brasília - DF).

INTRODUÇÃO

Este Ebook é composto por 2 Tomos, o Tomo I (este) e o Tomo II que será publicado nos próximos dias. Ambos apresentam uma série de artigos e trabalhos produzidos pelo General Maynard Marques de Santa Rosa, fruto de uma longa e produtiva jornada dedicada ao Exército e ao Brasil.

Os temas abrangem assuntos relacionados com Política, Filosofia, Desenvolvimento, Liderança, Segurança e Defesa e outros temas.

Os conhecimentos e experiências vividos e transmitidos são valiosos subsídios para ampliar a cultura geral e a aptidão na realização de estudos e tarefas relacionados aos temas supracitados.

A seguir, o Instituto Sagres transcreve uma síntese do currículo do General Santa Rosa.

Considerando os riquíssimos ensinamentos que podem ser auferidos, o Instituto Sagres sugere uma leitura atenciosa dos textos aqui constantes, bem como a divulgação do presente Ebook e do Tomo II a ser posteriormente publicado.

A COMISSÃO DA VERDADE

(Outubro de 2009)



FONTE: Correio Braziliense (Ingrid Soares - 04/11/2019)

A verdade é o apanágio do pensamento, o ideal da filosofia, a base fundamental da ciência. Absoluta, transcende opiniões e consensos, e não admite incertezas.

A busca do conhecimento verdadeiro é o objetivo do método científico. No memorável “Discurso sobre o Método”, René Descartes, pai do racionalismo francês, alertou sobre as ameaças à isenção dos julgamentos, ao afirmar que “a precipitação e a prevenção são os maiores inimigos da verdade”.

A opinião ideológica é antes de tudo dogmática, por vício de origem. Por isso, as mentes ideológicas tendem naturalmente ao fanatismo. Estudando o assunto, o filósofo Friedrich Nietzsche concluiu que “as opiniões são mais perigosas para a verdade do que as mentiras”.

Confiar a fanáticos a busca da verdade é o mesmo que entregar o galinheiro aos cuidados da raposa. A História da inquisição espanhola espelha o perigo do poder concedido a fanáticos. Quando os sicários de Tomás de Torquemada viram-se livres para investigar a vida alheia, a sanha persecutória conseguiu flagelar trinta mil vítimas por ano no reino da Espanha.

A “Comissão da Verdade” de que trata o Decreto de 13 de janeiro de 2010, certamente, será composta dos mesmos fanáticos que, no passado recente, adotaram o terrorismo, o sequestro de inocentes e o assalto a bancos, como meio de combate ao regime, para alcançar o poder.

Infensa à isenção necessária ao trato de assunto tão sensível, será uma fonte de desarmonia a revolver e ativar a cinza das paixões que a lei da anistia sepultou.



FONTE: Slide de Palestra do General Veterano Luiz Eduardo Rocha Paiva

Portanto, essa excêntrica comissão, incapaz por origem de encontrar a verdade, será, no máximo, uma "Comissão da Calúnia".

UTOPIA SOCIALISTA

(Outubro de 2010)



O mais sublime mandamento cristão é a caridade, que consiste no ato voluntário de doar em favor do próximo necessitado.

Socializar, porém, é dispor arbitrariamente dos bens alheios. A motivação subjacente ao idealismo socializante é sempre a cobiça. Nietzsche observou que: *“socialismo é inveja: eles querem algo que nós temos”*.

O ideal socialista desabrochou no século XVIII, deixando transparecer o seu caráter autoritário em 1795, na “conspiração dos iguais”, quando os jacobinos Babeuf e Buonarroti maquinaram a ditadura popular sonhada por Marat e Hébert, durante a Revolução Francesa.

A doutrina marxista foi concebida no século XIX, no seio do idealismo “transcendental” alemão, como reação ao capitalismo selvagem produzido pela Revolução Industrial.

Após a morte de Hegel (1770/1831), um grupo dissidente dos seus seguidores, liderado por Karl Marx e Friedrich Engels, reinterpretou a História à luz do sistema legado pelo mestre.

A dialética de Hegel diverge do conceito de Sócrates. O sistema do “filósofo do saber absoluto” reduz a gênese dos conflitos humanos a uma fórmula invariável, que remonta à lógica maniqueísta. Sob a premissa de que existe uma identidade subjacente nos contrários, considera a causa de toda contradição como uma tese, a qual se choca com a reação contrária - denominada antítese, resultando daí uma nova realidade, a síntese. Essa última, por evolução, torna-se nova tese, que provoca uma nova antítese, realimentando o ciclo, indefinidamente.

Na visão marxista, a ganância do lucro é a fonte do egoísmo privado que flagela a espécie, sendo o capitalismo o mal que causa todos os conflitos. Daí, o viés messiânico do socialismo. Assim, propõe a sua destruição, por meio de uma cruzada inexorável, devendo ser substituído por uma ordem mais justa, sob controle do Estado, onde predomine o interesse do paraíso coletivo sobre o arbítrio imperfeito das pessoas, na síntese final.

A estratégia é simples. A tese é a luta de classes; a antítese, a ordem vigente; a síntese intermediária, a ditadura do proletariado. No poder, as classes proletárias impõem as reformas necessárias à ordem socialista - a síntese final, na qual a ausência de injustiças sociais leva a sociedade do futuro a livrar-se da sujeição a um governo.

Ignorando os parâmetros cristãos, os novos conceitos relativizaram os padrões tradicionais da ética, legitimando a violência como solução para os conflitos sociais.

Marx e Engels lançaram o histórico "Manifesto Comunista", em 21 de fevereiro de 1848, no contexto da chamada "Revolução Europeia". As massas foram conclamadas à luta, sob o apelo do indefectível "slogan": "Proletários de todo o mundo, uni-vos"!

Seguiu-se uma onda de motivação igualitária, que perdurou por décadas, galvanizada pela ideologia e impregnada de um encanto irresistível, capaz de congregiar gerações sucessivas de militantes em partidos de fanáticos.



Cedo, o caldeirão ideológico desaguou nos movimentos socialistas nacionais, que passaram a encarnar as sucessivas mutações revolucionárias características do século passado.

O modelo inicial foi o leninista, tendo como vetor principal o proletariado urbano. No poder em Moscou, Lênin partiu para confrontar os "Gulaks", que lideravam a agricultura da velha Rússia. Impondo uma política obstinada, que desdenhava os direitos fundamentais da pessoa humana e chegou a produzir dezessete milhões de mortos, Lênin justificou os abusos de 1917 com o pragmatismo de Maquiavel: "os fins justificam os meios".

Na Ásia, a experiência maoísta aproveitou-se das contradições rurais. Depois, alastrou-se sobre as áreas urbanas, onde terminou unificando a China continental. Por ironia, o pensamento de Mao não foi capaz de extinguir a cultura milenar do confucionismo, mesmo com o sacrifício de sessenta milhões de mortos. E foi justamente a sabedoria dos mais velhos que alterou os rumos da estagnada economia mandarim, fazendo evoluir os velhos costumes para os de uma nova superpotência.

O modelo foquista de Sierra Maestra foi uma variante da estratégia maoísta. A tentativa de transplantá-lo para o continente

americano, no entanto, fracassou. O que ficou foi o mito da revolução cubana, que releva as mais de quinze mil vítimas e seus respectivos órfãos.

Inicialmente unitário, o bloco socialista dividiu-se após a morte de Stalin. Em 1956, o XX Congresso do PCUS esfriou a ameaça nuclear, fazendo revisar os fundamentos do expansionismo revolucionário e substituindo o preceito de guerra implacável ao capitalismo pelo da "coexistência pacífica", que subentendia a estratégia subversiva. Discordando, Mao Tse Tung deflagrou o cisma sino-soviético.

O modelo considerado "politicamente correto", dos "Cadernos do Cárcere" de Antonio Gramsci, consiste em uma estratégia psicológica que troca a luta de classes pela dialética da propaganda e inverte a ordem do processo revolucionário. Primeiro, visa a transformação dos costumes sociais, para, só depois, implantar o totalitarismo socialista. Substitui a violência física pela sugestão, que não fere o corpo, mas submete a alma.

É curioso que nem mesmo a social-democracia perdeu o viés autoritário. Dissimulada nas ideias da chamada terceira via, ainda conserva, embora difusa, a intenção de domínio coletivo dos bens de produção, com a abolição progressiva do direito individual à propriedade e a relativização do conceito de pátria.

No Brasil, a tentativa de impor o modelo marxista-leninista fracassou, em 1935. A estratégia subversiva, usada no início dos anos 1960, foi abortada pelo movimento contrarrevolucionário de 1964. Inconformados, grupos dissidentes do PCB recorreram à luta armada, entre 1968 e 1974, sem sucesso. Em 1990, após a queda do muro de Berlim, as esquerdas reuniram-se no Foro de São Paulo, fizeram a sua autocrítica e congregaram-se em torno do Partido dos Trabalhadores, adotando o modelo gramscista de "Revolução Passiva".



O conceito socialista de igualdade é injusto, por tratar igualmente pessoas desiguais. É arbitrário, por massificar o indivíduo, reduzindo-o a simples expressão da coletividade. É tirânico, por sobrepor-se ao livre-arbítrio do ser humano. É retrógrado, porque restringe a iniciativa privada, inibindo as oportunidades de crescimento individual.

Ao ignorar a força da motivação, a ideia socialista desdenha o esforço pessoal e subestima o mérito, estimulando a ociosidade e a preguiça. Com isso, desperdiça o potencial criativo das pessoas, fonte de progresso da sociedade. Foi esse efeito degradante que causou o colapso da União Soviética.

No Brasil, o estigma do fundamentalismo ideológico erigiu uma barreira mental de difícil superação, que divide a sociedade, gerando desconfiança entre irmãos e retardando o progresso.

Por ironia da História, foi justamente a dialética que mais contribuiu para o aperfeiçoamento das relações econômicas. A valorização do sindicato e a mentalidade social são conquistas inegáveis da civilização. Contudo, poderiam ter sido alcançadas pela evolução natural, sem preconceito e sem trauma.

A causa coletiva, sem dúvida, é justa e prioritária, desde que respeitados os direitos fundamentais do indivíduo. A doutrina socialista, porém, ao descartar os parâmetros cristãos, desenfreou as paixões humanas. E a sua natureza militante impede a cirurgia das deformidades imanentes.

Portanto, o socialismo é uma criação liberticida e retrógrada. Sua ideologia é um mal desnecessário, que induz à desarmonia e ao atraso, uma utopia nociva à humanidade.



- TVCultura. @tvcultura. Vídeo do TikTok, publicado em 28 abr. 2022. Disponível em: <https://www.tiktok.com/@tvcultura/video/7089534571187932422>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).
- Sundermann Editora. *O Manifesto do Partido Comunista*. Disponível em: <https://editorasundermann.com.br/livro/43-o-manifesto-do-partido-comunista>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).
- Livraria Cirkula. *Produto 111098*. Disponível em: <https://livrariacirkula.com.br/produto/111098>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).
- Jesus Alegria dos Homens. *Marxismo cultural e nossos filhos*. Publicado em 17 ago. 2017. Disponível em: <https://jesusalegriadoshomens.wordpress.com/2017/08/17/marxismo-cultural-e-nossos-flhos/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).

31 DE MARÇO DE 1964

(Março de 2011)

"O governo, o povo e as Forças Armadas do Estado de Minas Gerais declaram-se fora da União Federal".



A proclamação do governo Magalhães Pinto, propalada em tom retumbante pelo "Repórter ESSO", causou impacto na geração de 1964, sinalizando a ruptura da ordem estabelecida e culminando o longo processo de crise que remontava à sucessão do presidente Getúlio Vargas.

Naquele momento, a desarmonia imperava entre os poderes constitucionais. O clamor por reformas de base "na lei ou na marra" pressionava o Congresso, de forma sincronizada, combinando tensões geradas pelo Executivo com a agitação dos movimentos sindical e estudantil.

A inflação fugia ao controle. Nas áreas urbanas, um estado permanente de greve paralisava a atividade produtiva. No campo, os produtores rurais viviam sobressaltados pela ameaça de invasão de grupos organizados. O País jazia virtualmente paralisado.

É inegável a ingerência externa na crise brasileira. O planeta vinha conflagrado pela "Guerra Fria" bipolar. Os países do Terceiro Mundo, transformados em campos de batalha nos termos da "détente" Washington – Moscou, serviam de instrumento para as manobras subversivas da União Soviética e da reação militarista americana. Nem mesmo o talento de Eric Hobsbawm conseguiu convencer os historiadores da inocência socialista.

O Brasil tornou-se alvo prioritário, pelo seu potencial estratégico e importância na América do Sul. Aqui atuaram grupos políticos nacionais como quintas-colunas do movimento comunista internacional, abrigados confortavelmente nas legendas dos partidos legais.

No dia 13 de março, durante o comício da Central do Brasil, o chefe do Estado-Maior do Exército, da janela do seu gabinete no Palácio Duque de Caxias, assistiu à ovação dos sargentos rebelados que, fardados, conduziam nos braços o próprio presidente da República. A praça estava emoldurada por bandeiras nacionais, ostentando a esfera em vermelho, e tendo a foice e o martelo no lugar do dístico "ordem e progresso".

Mais uma vez na História, os chefes militares viram-se forçados a intervir no processo político, antecipando-se ao caos projetado pela ameaça revolucionária. Assim ocorrera, igualmente, em 15 de novembro de 1889 e 29 de outubro de 1945.

Posteriormente, o IPM 709 comprovou a conspiração, ao encontrar as listas das pessoas que seriam executadas pelos "grupos dos onze", após o dia 1º de maio.

O apoio popular foi evidente, como atesta o fato de não se conhecer uma única baixa causada pela tropa. Pacífica e silenciosamente, a nação legitimou a intervenção, ratificando que "todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido".

A maior parte da mídia nacional colaborou para o êxito do novo regime. O Poder Legislativo, transformado em Colégio Eleitoral, elegeu o presidente Castello Branco. O Poder Judiciário, preservado nas suas prerrogativas, jamais protestou contra os atos de exceção do governo revolucionário. Tacitamente, o Supremo Tribunal Federal reconheceu-lhe a legalidade institucional.

Considerando a conjuntura global em 1964, não havia alternativa, pois as grandes potências não ficariam impassíveis diante do caos brasileiro. Ou seria a iniciativa dos nossos militares, ou a probabilidade de uma intervenção estrangeira, com risco de evoluir para um desastre fratricida, como foi a Guerra Civil Espanhola.

Os governos pós-64 imprimiram uma gestão patriótica e progressista, recuperando a credibilidade e a autoestima nacionais. Equilibrou-se o balanço de pagamentos. O programa de integração nacional resgatou a Amazônia. Os planos nacionais de desenvolvimento modernizaram os transportes, as telecomunicações e a infraestrutura econômica. As taxas de crescimento atingiram e mantiveram-se em níveis sem precedente. O ciclo revolucionário operou a



transição de uma sociedade agrária tradicional para uma sociedade moderna, levando o Brasil a ser a 8ª economia mundial.

O espírito conciliador manifestou-se desde o início. Os cargos de primeiro escalão foram entregues à administração civil, sendo poucos os militares que ocuparam os demais ministérios.

O princípio da compartimentação preservou a tropa do envolvimento direto com a atividade antissubversiva. Pacificado o País com a extinção da luta armada, adotou-se a anistia, criando as condições humanas para a reconciliação nacional.

Quando a ação do tempo superar as paixões políticas e erradicar as ideologias fratricidas, a memória nacional haverá de fazer justiça à coragem moral e ao espírito empreendedor dos líderes militares que legaram o exemplo de 31 de março de 1964.

- A Verdade Sufocada. *O orgulho do dever cumprido*. Disponível em: https://averdadesufocada.com/index.php?option=com_content&view=article&id=14167:290316-o-orgulho-do-dever-cumprido&catid=56&Itemid=106. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).
- MAURO, Giovanna. *História do Brasil para vestibulares: o Milagre Econômico (1968-1973)*. Notícias Concursos, 16 jan. 2023. Disponível em: <https://noticiasconcursos.com.br/historia-do-brasil-para-vestibulares-o-milagre-economico-1968-1973/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).

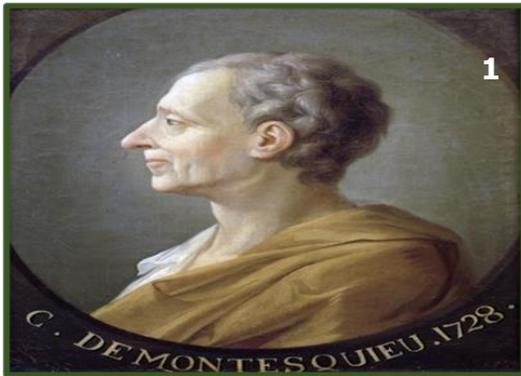
LIBERDADE EM RISCO

(Abril de 2011)

Ao confrontar a milenar ordem obscurantista que mantinha cativo o pensamento humano, a onda iluminista do século XVIII devastou as tradições e os costumes, sem a menor consideração com o equilíbrio social.

As novas atitudes libertaram os instintos e paixões longamente reprimidos, despertando a consciência desenfreada dos indivíduos e minorias sobre os seus direitos, sem a limitação natural dos respectivos deveres.

Foi assim que, juntamente com o restolho medieval, descartaram-se referenciais importantes da ética tradicional, entre eles o maior ensinamento que o cristianismo legara para a harmonia humana: "Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a si mesmo".



Apesar disso, consagrou-se o conceito humanista de Montesquieu de que *"Todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido"*; e o de que a expressão da vontade popular é a manifestação da maioria.

Ao longo do tempo, porém, o oportunismo aproveitou-se das dissensões e tendências maniqueístas da mente humana, para consolidar as ideologias que dividem a sociedade.

Com objetivos inconfessáveis, teóricos do século XX relativizaram o conceito de maioria e passaram a buscar a hegemonia das minorias sobre o conjunto da sociedade. O bom-senso foi sendo substituído pelo chamado senso comum, abstraindo-se o componente de sabedoria popular.

Na Alemanha, o poder de influenciar a opinião por meio da propaganda permitiu a Goebbels sobrepor a realidade artificial do ideário nazista à realidade dos fatos.

No Brasil, os artifícios psicológicos de Gramsci forçam o predomínio de conceitos exóticos, como o de deficiência sobre o de eficiência, e o de naturalismo sobre a própria natureza; e até mesmo pretendem impor comportamentos antinaturais como sendo absolutamente naturais.

A alegria espontânea do povo brasileiro, traço característico da alma nacional, sempre se destacou pela irreverência. Por isso, tornou-se vítima do patrulhamento ideológico, mediante a orquestração de antinomias e ideias-força que os agentes do comportamento padronizado rotulam como politicamente corretas.

Nem mesmo merece respeito a liberdade de expressão assegurada explicitamente pela Constituição Federal, como na exploração de entrevista recente do deputado Jair Bolsonaro.

Não faltam argumentos para restringir-se a liberdade das pessoas. Invocando o combate ao “bullying”, pretende-se penetrar no ambiente sagrado da família, após violada a intimidade da escola. O pacifismo “inocente”, que estimula o desarmamento do cidadão, pretende retirar-lhe o mesmo direito que a vontade civilizada do povo suíço reafirmou, peremptoriamente, em plebiscito histórico. E já se fala em copiar a bizarra proposta hondurenha de proibir o cigarro no interior das residências.

Na verdade, parece que se quer produzir no Brasil uma sociedade controlada. Convém lembrar que o direito é um conjunto de regras impostas sobre o livre-arbítrio da pessoa, enquanto que a moral consiste em regras que a pessoa observa por adesão.

Na dialética dos atores coletivos, dizia André Beaufre: “*A luta pela liberdade de ação é a essência da estratégia*”. No campo individual, a afirmativa é ainda mais verdadeira, por uma razão incontestável: o direito à liberdade da pessoa humana.



Alexis de Tocqueville, em análise memorável da Revolução Francesa, alertou para o fato de que: “*Das próprias entranhas de uma nação que acabava de derrubar a realeza, viu-se sair subitamente um poder mais extenso, mais detalhado, mais absoluto do que o que fora exercido por qualquer dos nossos reis*”.

Não se sabe a intenção final, mas uma coisa é certa: uma sociedade manietada é uma comunidade morta. E ideologia sem sabedoria é fonte primordial de anarquia.

- Montesquieu. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Montesquieu>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).
- Eu Sou Livres. *Alexis de Tocqueville: O sociólogo da democracia*. Disponível em: <https://www.eusoulivres.org/artigos/alexis-de-tocqueville-o-sociologo-da-democracia/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO OCIDENTAL

(Abril de 2011)

FILOSOFIA E CIÊNCIA POLÍTICA - NOTA Nº 01-FAAP – CURSO DE ESTRATÉGIA MILITAR PARA A REALIZAÇÃO DE NEGÓCIOS

1. Introdução

Sabe-se que o pensamento filosófico interage com o progresso, refletindo a mentalidade de uma era. Assim, a evolução da filosofia confunde-se, em grande parte, com a própria História, o que viabiliza a transposição mútua de conhecimentos, facilitando a compreensão dos contextos.

Até meados do século XIX, havia incerteza quanto à aplicação da lei do progresso nos estudos da História da civilização, pois não se encontrava a razão do atraso dos povos orientais em relação ao Ocidente, considerando que a sua origem o antecedia em milênios.

Posteriormente, verificou-se que a centralização política, como no império chinês, ensejou uma atitude deliberada de conservantismo dos costumes, causando a estagnação da sociedade. No Ocidente, o ambiente competitivo entre os diversos povos expôs a necessidade de atendimento às suas guerras quase contínuas, impulsionando a ciência e a tecnologia e induzindo o desenvolvimento geral.

2. Comentários

O registro da experiência humana tornou-se possível por volta do ano 4000 a.C., quando surgiu a escrita. Esse fato marca o início da História, com o nascimento da Antiguidade. Convencionou-se como duração dessa era, que Augusto Comte classificou como Infância da civilização ou “estágio teológico”, o tempo medido até a queda do Império Romano do Ocidente, no ano 476.

a. Antiguidade - A era dos mitos (4000 a.C.- 476)

Essa fase caracterizou-se pelo predomínio da ignorância e da superstição, em que os processos da natureza eram atribuídos aos

deuses. O conhecimento humano desenvolvia-se, porém em regime limitado aos círculos dos iniciados.



A Grécia despontou como berço do pensamento, após a vitória contra o Império Persa. No governo de Péricles, Atenas tornou-se o polo da civilização, atraindo e concentrando filósofos, inclusive os sofistas.

Sócrates foi o mais sábio dos gregos, segundo o oráculo de Delphos. Todas as escolas de pensamento tiveram origem entre os seus discípulos, embora não haja legado trabalho escrito. Ele criou a dialética, que denominou como "maiêutica", significando o parto da verdade a partir da discussão.

Platão foi o mais célebre discípulo de Sócrates. Espírito sensível, seu pensamento foi marcado pela morte do mestre. No diálogo Fédon, criou a escola idealista, a partir da sua teoria das ideais. Reagindo à má fé dos sofistas, concebeu a ética no diálogo Ménon, como mecanismo de proteção da verdade. Legou, também, "A República", uma teoria política completa.

Aristóteles foi discípulo de Platão e o "pai da ciência". Rejeitou, drasticamente, a teoria das ideais de seu mestre, por considerar que "não há nada na nossa inteligência que não tenha passado pelos sentidos". Por isso, é considerado o criador da escola empirista. Reagiu, igualmente, ao abuso dos sofistas, com a concepção da Lógica, a ciência do raciocínio.

As bases metafísicas do raciocínio – idealista ou empirista são de tal forma excludentes, que levaram o filósofo Friedrich Schlegel a concluir que "todo homem nasce platônico ou aristotélico".

Posteriormente, os povos gregos foram dominados pelos romanos. O sentimento de opressão política inevitável deu origem a dois sistemas de acomodação: estoicismo e hedonismo. Os estoicos pregavam a "apatia": o homem só pode viver em harmonia, se libertar-se dos "afectos" (medo, cobiça, apegos). Os hedonistas estimulavam o prazer - considerado como ausência de dor, para alcançar a felicidade.

b. Idade Média - A era teocêntrica (476-1453)

O cristianismo trouxe para a humanidade uma mensagem de esperança, em resposta aos dois dilemas cruciais da espécie: a finitude da vida e a salvação. Acenou para a sobrevivência após a morte e a possibilidade de ser feliz, condicionada ao comportamento próprio, regido pelo livre-arbítrio.

Constantino, o Grande, legalizou a nova crença. Cedo, as instituições apoderaram-se da mensagem original, em prol de interesses de dominação política. Teodósio transformou-a em religião oficial do Império. O pensamento tornou-se, então, prisioneiro dos dogmas religiosos, durante mil anos.

A teologia de Santo Agostinho imperou, soberana, por toda a Baixa Idade Média. De inspiração maniqueísta e neo-platônica, preconizava que "o conhecimento é luz que vem de Deus e prevalece sobre a sensibilidade".

Quando a crença começou a desgastar-se pela curiosidade dos filósofos em desvendar o "organum" aristotélico que os invasores árabes da Península Ibérica trouxeram, no século VIII, São Tomás de Aquino produziu a "Suma Teológica", admitindo a Lógica, ainda que restrita aos limites dogmáticos.

O ocaso da ordem teocêntrica medieval deveu-se ao desprestígio da Igreja e aos novos tempos. As cruzadas, os cismas religiosos e a prática de simonia minaram a credibilidade eclesiástica. As outras causas foram o declínio do feudalismo e a peste negra de 1347-1450.

c. Idade Moderna – A era humanista (1453-1789)

A queda de Constantinopla, em 1453, provocou a interdição pelos mouros das rotas comerciais com o Oriente, estimulando as grandes navegações e os descobrimentos.

O fluxo de capitais vindo de além-mar e a migração em massa do campo para as cidades multiplicaram os mercados. A invenção da imprensa, por Gutenberg, massificou o ensino, deflagrando verdadeira revolução cultural.

Na Renascença, eclodiu a rebeldia do pensamento, que jazia latente, contida pela repressão obscurantista. Will Durant chegou a sugerir que "o pincel de Michelangelo era o eco da voz de Savonarola" (O dominicano que conclamou à "fogueira das vaidades" em Florença).

O pensamento humanista irradiou-se de duas fontes. A escola francesa, que consistia, sobretudo, dos seguidores de René

Descartes, era idealista e racionalista. A inglesa tinha inspiração empirista.

O humanismo dos séculos XVI e XVII desaguou no iluminismo do século XVIII. Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade consolidaram-se em um caldeirão revolucionário, que culminou com a Revolução Francesa de 1789.

Napoleão levou a revolução ideológica ao restante da Europa.

d. Idade Contemporânea – A era da opinião (Após 1789)

Após Waterloo, a reação conservadora do Congresso de Viena (1815) instituiu a Santa Aliança, sob os auspícios do príncipe Metternich, adotando uma ordem repressora da opinião em toda a Europa. A resposta da juventude veio sob a forma do romantismo.

Paralelamente, desabrochava a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, irradiando-se para o continente. As condições subumanas a que foram relegados os trabalhadores da indústria ensejaram as revoluções de 1830 e 1848 e o surgimento da doutrina socialista.

A ordem capitalista instalou-se a partir de meados do século XIX e facultou a multiplicação da riqueza, mas também, os seus subprodutos de inconformação e revolta.

Immanuel Kant foi o mais célebre pensador do “século das luzes”. Sua obra prima foi a “Crítica da Razão Pura”. O idealismo transcendental que ele criou serviu de base para a dialética de Hegel, cuja tese foi aproveitada pelos discípulos Marx e Engels, ao conceberem a doutrina do materialismo histórico e dialético.

A relativização da ética e a secularização dos costumes, no século XIX, motivaram, também, o surrealismo filosófico de Nietzsche, fonte de inspiração do ideário nazista.

Desenfreadas as paixões e incontida a ambição da riqueza, as nações europeias marcharam, vacilantes, rumo ao suicídio da pujança europeia, na 1ª Guerra Mundial.

O marxismo foi implantado de forma implacável na Rússia czarista e, durante oitenta anos, fomentou a revolução no resto do mundo, até extinguir-se, por força das próprias contradições.

O trauma sem precedente, da 1ª Guerra, não foi suficiente para aplacar as ambições hegemônicas. Os efeitos da depressão global de 1929 favoreceram a eclosão do fascismo e do nazismo.

O ideal nazista procurou concretizar os sonhos de grandeza de Nietzsche. Após duas décadas de paz conturbada, a Europa viu-se envolvida na 2ª Guerra Mundial.

O impacto das duas grandes guerras sobre o continente europeu fez transferir-se o centro de gravidade da civilização ocidental para a América e dividiu o mundo em dois polos de poder.

A Guerra fria ampliou a competição internacional para o nível global e confrontou o ideário da liberdade, defendido pelos EUA, com o da igualdade, acalentado pela União Soviética.

O século XX produziu avanço vertiginoso na área de ciência & tecnologia, que ultrapassou a vanguarda da filosofia. A perplexidade resultante dessa dinâmica refletiu-se na apatia dos costumes. Assim, o existencialismo contemporâneo é uma mescla das antigas doutrinas do estoicismo e do hedonismo.

Esse sistema, iniciado pelo filósofo Sören Kierkegaard – “O Sócrates dinamarquês”, considera que “a vida só pode ser compreendida, olhando-se para trás; mas, só pode ser vivida, olhando-se para a frente”.

O pensamento humano perdeu o rumo, cedendo espaço aos sofismas. A sociedade, globalizada¹, tende a substituir as armas de fogo pela psicológica, que não fere o corpo, mas destrói a alma. O futuro da filosofia tornou-se um enigma indecifrável.



- YouTube. *Vídeo* [QRfxrPWv3PM](https://www.youtube.com/watch?v=QRfxrPWv3PM). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QRfxrPWv3PM>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).
- Burke Instituto. *As raízes filosóficas do globalismo*. Disponível em: <https://www.burkeinstituto.com/produto/as-raizes-filosoficas-do-globalismo/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Link de imagem).
- _____
- ¹ Diferença entre Globalização e Globalismo: O globalismo é um conceito *político*. Já a globalização é um conceito *econômico* (<https://mises.org.br/article/2639/a-diferenca-basica-entre-globalismo-e-globalizacao-economica-um-e-o-oposto-do-outro>).

A CONJUNTURA E O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

(Palestra no CIE, em junho de 2014)

1. INTRODUÇÃO

A realidade tem duas dimensões: uma física, outra psicológica ou das ideias. A realidade física abrange os meios de vida; a psicológica, os fins.

A conjuntura é a expressão da realidade do momento, uma visão subjetiva.

Segundo Jung, os povos possuem personalidade coletiva, semelhante à das pessoas. E a mente humana comunica-se de forma inconsciente e pode até mesmo interferir na estrutura das coisas.

Além do inconsciente individual (descoberto por Freud), existe o inconsciente coletivo. O inconsciente pessoal é o arquivo dos complexos individuais; o coletivo é o que contém os "arquétipos" e as "sombras" da sociedade.

Arquétipos são imagens míticas ou "instintos psicológicos" da espécie.

"Sombras" são defeitos que recalamos para o inconsciente, como "argueiros no próprio olho", que não reconhecemos, mas enxergamos claramente nos olhos dos outros.

Em momentos de crise emocional, os arquétipos emergem à consciência, usando a linguagem dos símbolos.

A seguir, vamos buscar uma visão da conjuntura, por indicadores das necessidades e interesses globais; e o papel das Forças Armadas, pela dimensão psicológica.

2. NECESSIDADES E INTERESSES GLOBAIS

a. Necessidades

Em 2012, a humanidade atingiu 7 bilhões de almas. A China tem uma população de 1.343.239.923, e a Índia, 1.205.073.612. Em uma década, haverá o acréscimo de mais um bilhão.

61 % da população mundial reside na Ásia, 11% na Europa, 14% nas Américas e 14% na África.

A urbanização acelerada é um fenômeno moderno, responsável pela mudança de hábitos e multiplicação do consumo.

A água tornou-se um insumo crítico. A água potável representa somente 3% do total planetário, e distribui-se desigualmente pelos continentes. Somos privilegiados. A América do Sul detém 26% da água da terra; os asiáticos 35%, os norte-americanos, 15%, e os europeus, 8%. Quem viaja à Europa já sente o custo no bolso.

A energia é o insumo vital da economia. 87% provém dos combustíveis fósseis: petróleo, carvão e gás. O consumo americano é de 18 milhões de barris por dia, o europeu, 13 milhões; e o chinês já supera os 11 milhões, e cresce a mais de 6% ao ano. A hidroeletricidade, considerada como energia limpa, contribui com apenas 6,4%. A matriz energética brasileira é a mais limpa do mundo.

O consumo de alimentos cresce com a urbanização, e já ultrapassa a produção mundial, como vemos nos slides 10 e 11. A produção de alimentos impacta o consumo de água e de energia. O Brasil está se tornando o maior produtor mundial. O agronegócio já responde por 40% do PIB brasileiro.

A produção mineral tem seus limites nas reservas conhecidas. Muitos minérios já entraram em extinção, como mostra o slide 12. A Amazônia é a última fronteira continental. A cobiça pelas commodities está na base dos conflitos da Ásia Central e do continente africano, servindo de alerta aos brasileiros.

Em síntese, o consumo humano já atinge os limites planetários; e a nossa geração é a última da "civilização do consumo".

b. Interesses

Os principais atores globais são: Estados Unidos, União Europeia e os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

1) *Os Estados Unidos mantêm a hegemonia militar e tecnológica, mas tendem a atuar de forma mais econômica, como "softpower".*

O escritor Parag Khanna, do CFR, diz que "A participação dos EUA na economia mundial caiu de 50 % para 25%, desde a 2ª Guerra Mundial. (...) Os juros da dívida já ultrapassam os investimentos que recebe".

A economia americana conseguiu a independência energética com a exploração do xisto betuminoso. A contribuição do gás de xisto

pulou de 4% em 2005 para 34% em 2012. O petróleo de xisto já atinge 30% da produção nacional e ultrapassa a da Arábia Saudita.

2) A União Europeia expande-se à Leste, por meio da OTAN, chocando-se com a Rússia. E ao Sul, com a estratégia dos conflitos por procuração no Norte da África. O Mediterrâneo já é o “mare nostrum” dos oleodutos.

Choca-se, também, com a China na Ásia Central e na África.

A coesão europeia está enfraquecida pela crise fiscal e recessão econômica.

3) A Rússia consegue conter a expansão europeia na Ucrânia e recupera prestígio, com a geopolítica energética de Vladimir Putin, enquanto busca uma composição com a China, visando à estabilidade e ao crescimento econômico. A construção dos gasodutos *Nord Stream* e *South Stream* em resposta à iniciativa americana do *Nabucco* conseguiu torná-lo inviável e a economia europeia dependente da energia russa.

4) A Ásia está em ascensão no mundo. A China cresce de modo contínuo há mais de três décadas, a taxas maiores do que 10% ao ano. A população urbana já é maioria. Absorve a economia de Taiwan, inclusive 80% de seus investimentos.

Em 2013, a balança comercial chinesa (U\$ 4,16 trilhões) ultrapassou a dos EUA (U\$ 3,9 trilhões). Já é o maior importador de petróleo.

A maior vulnerabilidade chinesa é energia. Importa 60% da que consome. O fluxo de 50 mil embarcações por ano, inclusive petroleiros, passa pelo Estreito de Málaca, sob vigilância da US Navy. Por isso, a construção de oleodutos em Myanmar e no Paquistão.

Os EUA já articulam uma muralha estratégica de contenção da China, por meio de alianças com a Índia, o Vietnã e o Japão.

5) O mundo islâmico passa por um ajuste de contas histórico. É ambiente operacional típico de 4ª geração, devido às maldições do petróleo, ressentimento, fundamentalismo e Israel.

A Arábia Saudita possui as maiores reservas mundiais de petróleo (26,18 trilhões de barris). O Irã produz 3 milhões de barris por dia, apesar do boicote ocidental.

"A China é o maior investidor nos projetos sírios de petróleo e gás". "O Qatar, maior produtor mundial de gás natural, abriga o Quartel General do CENTCOM".

"As Colinas de Golã fornecem 1/3 da água de Israel". (Além de 60% da água do rio Jordão).

A Rússia sustenta o regime sírio.

6) A América Latina é um adolescente político. Área de influência dos EUA, recebe, no entanto, baixa prioridade política.

É grande produtora mundial de commodities.

Cuba ainda catalisa aspirações revolucionárias, apesar de 39 mil jovens por ano deixarem o país em busca de vida melhor. O foco ideológico da América Latina é o Foro de S. Paulo.

A produção agropecuária do Brasil responde por 40% do PIB e tem potencial de celeiro do mundo, se não for travada pelos movimentos ambientalista, indigenista e das minorias.

7) A África ainda é o grande latifúndio global e alvo de conflitos de 4ª geração. Produz 13% do petróleo mundial.

"O Níger é vital p/ indústria nuclear". "O Congo produz diamante, ouro, cobre, tântalo (coltan) e urânio. As milícias de Ruanda e Uganda fazem bilhões com o contrabando de tântalo".

"Na África, morrem três milhões de crianças de fome por ano; a expectativa de vida é 46 anos; 45% da população tem menos de 15 anos de idade. Quase 30 milhões de africanos estão contaminados por HIV".

3. GLOBALISMO



Não é possível compreender a conjuntura, sem o globalismo.

a. A globalização é uma tendência natural; o globalismo, uma ideologia.

Após o colapso da União Soviética (1991), o mundo globalizou-se, ensejando novos atores (Terceiro Setor), novas ameaças (Crime Transnacional, Terrorismo) e novas formas de especulação (financeira).

O declínio econômico americano cede espaço a: UE e BRICS.

O poder de intervir mantém-se no CS/ONU (15 membros). Os cinco vencedores da 2ª GM são permanentes, com poder de veto (USA, UK, França, Rússia e China).

A especulação financeira fez proliferar os derivativos bancários. Segundo a revista *The Economist*, o total desse mercado já ultrapassa os U\$ 600 trilhões, enquanto que o PMB é de U\$ 95 trilhões. Sintomaticamente, 95,9% desses derivativos pertencem a apenas 4 bancos.

A crise do "subprime", em 2008, esvaziou a ONU, enquanto os Estados-nação recuperaram protagonismo, pela intervenção dos bancos centrais.

É sintomático o apelo de George Soros: "*Precisamos de um Banco Central Global*".

b. O globalismo é uma mutação do imperialismo europeu.

Na década de 1950, Arnold Toynbee escreveu: "*Podemos dar como certo que o mundo, de qualquer maneira, será politicamente unificado no futuro próximo*".

Sabe-se de fontes históricas que, no ocaso do Império Britânico, início do século XX, a elite europeia que se instalara em Londres durante a Revolução Industrial criou uma estratégia de 5ª geração p/ manter a sua influência política e controlar os recursos naturais do planeta, sob a inspiração de Sir. Cecil Rhodes.

Sabe-se, também, que o movimento bolchevista foi financiado Russo, para ter acesso à imensidão de seus recursos naturais.

A 1ª Guerra Mundial foi uma ruptura do equilíbrio entre os impérios europeus. As dimensões do desastre indicaram que era preciso evoluir para um único império mundial, capaz de garantir estabilidade e progresso. Como primeiro passo, criou-se a Liga das Nações.

O surgimento da União Soviética e a eclosão do Império Alemão sob a ideologia nazista retardaram o projeto, mas, em 1937, ele prosperou, com a criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI).

Após a 2ª Guerra Mundial, o projeto avançou. A carta da ONU instituiu o Conselho de Segurança e oficializou as organizações-não-governamentais.

Em 1948, foi deflagrado o movimento ambientalista internacional, com a criação da ONG “*International Union for Conservation of Nature*” (IUCN). Em 1961, surgiu o WWF. Essas duas organizações, com sede na Suíça, comandam a rede de ONGs ambientalistas internacionais e suas filiais nacionais.

O movimento indigenista internacional foi deflagrado em 1971, com a Conferência Antropológica de Barbados, uma iniciativa do Conselho Mundial de Igrejas. Após a conferência, o Príncipe de Gales, com o apoio do MI6, criou as ONGs *Survival International* (britânica), *Cultural Survival* (americana) e *Sociedade para os Povos Ameaçados* (alemã). Essas organizações comandam o movimento indigenista internacional. No ano seguinte, foi fundado o CIMI no Brasil.

Convém observar que, nos conflitos de 5ª geração, a arma principal é a propaganda, o centro de gravidade estratégico é a opinião pública e os elementos de manobra são a mídia e os movimentos sociais.

Em um ambiente informado como este, não vejo necessidade de aprofundar comentários sobre o papel das ONGs em favor do globalismo. Mas, lembro a profecia de Alexis de Tocqueville, em seu memorável livro *Democracia na América*, em 1835: “Vejo, acima de uma multidão infinita de homens iguais, um imenso poder tutelar que se encarrega de assegurar seus prazeres e tomar conta de seu destino. (...) Reduz cada nação a uma horda de animais tímidos e diligentes dos quais o governo é o pastor”.

4. O PAPEL DAS FORÇAS ARMADAS

a. Uma visão psicológica



Segundo Clausewitz, “A guerra tem três faces: a política, que depende da vontade do soberano; a de brutalidade, que depende da cultura do povo; e a de jogo de azar, que depende da personalidade do comandante” (Clausewitz).

As três faces da guerra pertencem à dimensão psicológica. Infelizmente, Clausewitz dedicou sua atenção à dimensão física, isto é, aos meios. Sun Tzu, porém, priorizou os fins.

Os conflitos podem ser classificados em 5 categorias, correspondentes ao modelo estratégico predominante a partir do século XVIII. As guerras napoleônicas são consideradas de 1ª geração, com o predomínio da “massa”; na 1ª Guerra Mundial, a 2ª geração, do “fogo”; na 2ª Guerra Mundial, a 3ª geração, da “manobra”; na Guerra Fria, a 4ª geração, dos conflitos assimétricos de guerrilhas; e no cenário atual, a 5ª geração, da “guerra psicológica”.

Um manual típico de 5ª geração são os *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci. O PNDH-3 é um plano de campanha detalhado. Outros modelos de curta duração foram testados na Sérvia e estão em uso na Ucrânia.

O nosso país vive um conflito de 5ª geração. Há uma convergência de interesses socialistas e capitalistas contra a soberania brasileira na Amazônia e as Forças Armadas, cuja origem precisa ser desvelada.

No Brasil, o inconsciente coletivo domina a consciência nacional, devido à mestiçagem psicológica, o que torna o país imprevisível. Gilberto Freyre afirma que o nosso povo se compraz com uma liderança despótica.

As Forças Armadas brasileiras fazem o papel do herói arquetípico.

Pela teoria de Jung, “O mito do herói guarda uma forma universal. É o arquétipo mais comum no mundo inteiro. Surge, quando o ego necessita fortificar-se”.

b. Protagonismo das Forças Armadas

No século XIX, garantem a unidade nacional, vencem a Guerra do Paraguai e proclamam a República.

No século XX: com o tenentismo, fazem a Revolução de 1930; vão à Itália e intervêm em 1964.

Após a Revolução de 1930, o Conselho de Segurança Nacional torna-se permanente, c/ poder de assentimento prévio no uso dos recursos naturais.

Após a queda do Império, as Forças Armadas exercem de fato o Poder Moderador da República até 1988.

No início do século XXI, já legaram ao mundo um modelo peculiar de "peacekeeping".

c. Retraimento político

A Constituição Federal de 1988 transformou o Conselho de Segurança Nacional em Conselho de Defesa Nacional, tornou-o meramente consultivo, e retirou o seu poder de *assentimento prévio*.

O Art. 42 omite o tradicional poder de polícia das Forças Armadas. O Art. 5º, considerado cláusula pétrea, incluiu no Inciso XVIII, um preceito que retira do Estado o próprio direito de defesa: "*A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento*".

Sob pressão do lobby internacional encabeçado pelo CIMI, a Assembleia Nacional Constituinte quebrou o princípio secular da integração do índio à comunhão nacional.

Em 1998, o governo FHC instituiu o Ministério da Defesa, sob a inspiração da doutrina do *controle civil objetivo* de Samuel Huntington; suprimiu as atribuições do EMFA, facilitando a criação de reservas indígenas e ambientais; e criou a Lei das OSCIP, com mecanismos que legalizam a transferência de recursos públicos para os movimentos sociais. Os governos petistas mantiveram a política anterior e avançaram com o PNDH-3.

5. EPÍLOGO

Em uma conjuntura de ameaças subterrâneas, o papel das Forças Armadas tende, naturalmente, a transcender o paradigma de braço armado do Estado. Os riscos inerentes ao protagonismo direto

requerem uma estratégia de ação indireta no campo político. Esse contexto implica novos desafios à criatividade e à capacidade de decisão das lideranças militares. Entendo que o cenário atual requer do SIEx uma qualificação específica para atuar no ambiente operacional de 5ª geração. Para isso, é preciso:

- infiltrar o Terceiro Setor;
- penetrar a "deepweb";
- conhecer os atores e a dinâmica do centro decisório político;
- orientar o esforço institucional de comunicação social.

- XR. *Globismo*. Disponível em: <http://www.xr.pro.br/Ensaios/Globismo.html>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).
- YouTube. *Vídeo Xb3twJyWqCQ*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xb3twJyWqCQ>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).

CENÁRIOS DO BRASIL E DA AMAZÔNIA

(Junho de 2014)

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é um país imprevisível. Fruto da mestiçagem psicológica, o comportamento coletivo do brasileiro é suscetível a impulsos arquetípicos imponderáveis, que só podem ser percebidos com rara intuição.

A prospecção de cenários futuros no nosso país, por isso mesmo, é tarefa arriscada, sendo suscetível a grande probabilidade de erro.

A sociologia mostrou que as composições políticas no Brasil são formadas por interesses, não por ideias.

No entanto, o progresso político alcançado ao longo do tempo segue, invariavelmente, as tendências civilizatórias ou os ideais que norteiam a sociedade na direção do futuro, embora de forma não linear.

2. CENÁRIO DOS ANOS 1990

A eleição de Fernando Collor de Mello à frente de uma pequena legenda mostrou o potencial do marketing aplicado à política. Mesmo assim, sua candidatura só vingou, graças à composição com os liberais representados por Itamar Franco. O governo Collor, porém, tornou-se insustentável, por falta de apoio parlamentar.

FHC elegeu-se nas asas do Plano Real, que controlara a inflação. Com um passado de militância socialista, sua aparente conversão ao neoliberalismo ocultava uma intenção transformadora de longo prazo, nos termos da doutrina fabianista. Com obstinação, seu governo conseguiu afastar os militares do processo decisório político, utilizando a estratégia da criação do Ministério da Defesa, em que aplicou a doutrina do "*Controle Civil Objetivo*", de Samuel Huntington.

É sintomático que, enquanto adotava a receita econômica do Consenso de Washington para contentar os padrinhos estrangeiros, paralelamente, fomentava os movimentos sociais e instituía a Lei das OSCIPs, abrindo caminho para o PT.

3. CENÁRIO ATUAL



Para alcançar o poder, o discurso petista abriu mão do messianismo revolucionário. A aliança com os liberais do PMDB e a carta de Lula ao povo brasileiro, de 22 de junho de 2002, firmaram o compromisso partidário de respeitar as regras do jogo democrático:

"O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo (...), nem será implementado por decreto (...). Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. (...) Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país".

No poder, o PT passou a aplicar a doutrina Gramsci, adotada pelo Foro de São Paulo. O aparelhamento das funções da administração direta e das empresas estatais chegou ao limite de 25 mil cargos DAS. A intenção de massificar os costumes veio a público com o PNDH-3, financiado por contratos milionários de propaganda e combinado com a mobilização popular, por meio dos movimentos sociais.

Em pouco tempo, o PT se deu conta de que o apoio da sua base parlamentar era incerto, exigindo uma negociação para cada projeto. Para garantir apoio contínuo, o ministro Márcio Thomaz Bastos engendrou, intelectualmente, o "mensalão", como afirma o delegado Romeu Tuma Jr. em seu livro *Assassinato de Reputações*, à página 144. A posterior condenação dos dirigentes partidários por corrupção erodiu o discurso petista pela ética na política.

Após quase 12 anos de petismo, os indicadores econômicos e sociais são preocupantes. Falta segurança jurídica para os grandes empreendimentos. O custo do Estado ficou insuportável. A economia tende à estagnação, enquanto cresce a taxa de inflação. A insegurança, sobretudo nas grandes cidades, tornou-se alarmante. A sociedade sofre crescente degradação dos seus valores, sob o influxo de desmandos divisionistas e do mau exemplo.

A pesquisa de maio do instituto americano *Pew Research Center* sobre os índices de desaprovação do brasileiro mostra que: 86%

desaprovam o combate à corrupção; 85%, a insegurança pública; 85%, a saúde pública; 76%, o sistema de transportes; 71/%, a educação; 67%, a Copa do Mundo; 65%, a pobreza no Brasil e 63%, a situação da economia.

Por sua vez, a oposição não consegue apresentar alternativas de mudança, talvez devido ao mesmo discurso esquerdista.

Além disso, ficou provado que o objetivo final de todo projeto socialista – eliminação da propriedade privada com a centralização dos meios de produção nas mãos do Estado – é inviável, como mostraram a tentativa soviética de 70 anos e meio século de socialismo asiático. A experiência mundial demonstrou que uma economia planificada não é capaz de atender às necessidades da população.

Portanto, o projeto socialista fracassou. A bandeira da igualdade social está superada, pois que as conquistas alcançadas em mais de um século de evolução contínua conseguiram eliminar as principais raízes de injustiça da era da Revolução Industrial. Assim sendo, a alternativa previsível é de evolução para o social-liberalismo.

O ambiente político difuso leva o povo a perder a esperança. A diferença em relação às crises passadas é que não se observam conspirações e golpismo, parecendo mostrar que a democracia ganhou raízes.

A história política brasileira mostra, também, que a dialética da hegemonia só tem provocado crises periódicas, que atrasam o país e não deixam alternativa à reconciliação nacional. O Brasil necessita de um pacto de conciliação das diversas correntes políticas em favor do País. Os conservadores precisam respeitar a diversidade, nos limites da lei. Os liberais devem reconhecer que a liberdade e o lucro têm limites. E os socialistas têm de respeitar os direitos do indivíduo e a propriedade alheia.

4. CENÁRIOS FUTUROS

A opinião pública atual parece tender para uma mudança no curto prazo, significando um cenário de transição com viés social-democrata, a partir do próximo ano.

Como não há expectativa de conciliação política no médio prazo, o cenário mais provável será o de prevalência do viés social-liberal sem consenso.

No longo prazo, o processo evolutivo tende a tornar inevitável uma reconciliação das forças políticas nacionais, em torno de um projeto de desenvolvimento do País com viés social-liberal.

Estou convencido de que o Brasil possui todas as condições para progredir e tornar-se um líder mundial. Esse grande projeto só depende da união dos brasileiros.

5. CENÁRIO AMAZÔNICO

A comunidade amazônica clama por progresso. A realidade atual mostra o crescimento da pobreza, com o aumento vegetativo da população, que avança a uma taxa superior à média nacional. Segundo o IBGE, já são 42% de pobres. Assim, dentre os 25 milhões de habitantes da Amazônia Legal, há cerca de 11 milhões de pessoas na linha da pobreza.

Além disso, a falta de condições de vida na área rural estimula um fluxo migratório contínuo para as cidades, esvaziando ainda mais o interior. Atualmente, 75% dos amazônidas moram nas cidades, enquanto apenas 25% povoam o imenso deserto verde.

O professor amazonense Samuel Benchimol alertou que: “a poluição maior é a da miséria”; e advertiu que “os anseios sociais da comunidade nativa não podem ser ignorados em favor de interesses exógenos”.

O descaso político para com a Região vem sendo estimulado pelas campanhas midiáticas de preservação do movimento ambientalista-indigenista internacional, que ecoam no Brasil por suas ONGs filiadas, constituindo o maior risco presente à soberania nacional.

6. O BRASIL E A AMAZÔNIA

O Brasil (e os próprios amazônidas) não tem projeto para a Amazônia

Em 1822, quando o Brasil se tornou independente, a Região Amazônica era um país autônomo, com a capital em Belém, governada pela Junta Governativa Provisória do Grão-Pará e Rio Negro, que se ligava diretamente ao Conselho Ultramarino, em Lisboa. O projeto de incorporar o Grão-Pará ao Brasil foi inspirado pela maçonaria a D^a Carolina Leopoldina e adotado por D. Pedro I, mas só concluído com a manobra de Lorde Cochrane e Greenfell, em agosto de 1823.

Para a população paraense, não houve mudança prática. A insatisfação com a exploração e a tirania levou o povo à Cabanagem, em 1835. O movimento durou cinco anos, degradou as condições de sobrevivência da Província e consumiu 30 mil vidas de um total regional de 150 mil habitantes.

O ciclo da borracha, iniciado no último quartel do século XIX, foi um fenômeno espontâneo, mas legou o povoamento da Calha Sul do Amazonas e o território federal do Acre. Belém e Manaus foram transformadas em metrópoles regionais. No entanto, a grande crise da década de 1910 levou o mercado amazônico e a balança comercial brasileira ao colapso, e a Região ficou à deriva.

Durante a 2ª Guerra Mundial, a foz do Amazonas foi bloqueada por submarinos alemães, e aqui faltou comida e combustível. O governo Getúlio Vargas mobilizou o “exército da borracha”, para atender à demanda dos aliados, e criou os territórios federais do Guaporé, Rio Branco e Amapá. Mas, após a guerra, tudo permaneceu como antes.

Juscelino Kubitschek, em um ímpeto visionário, teve a coragem de construir a rodovia Belém-Brasília em um ano, um empreendimento arrojado, que rompeu o isolamento da Região. Felizmente, naquela época, ainda não havia ONG no Brasil, nem licenciamento ambiental.

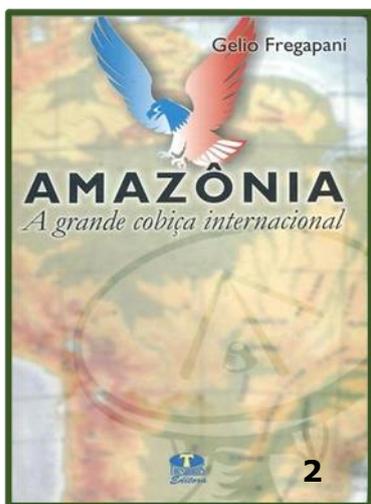
O Programa de Integração Nacional dos governos militares construiu a maior parte da infraestrutura regional, mas não pode ser completado, devido à crise do petróleo. A Transamazônica e os grandes projetos do Polamazônia ficaram pela metade. E a Zona Franca de Manaus não foi suficiente para dar autonomia econômica à Amazônia Ocidental.

Nas duas últimas décadas, faltou ação eficaz do governo federal para o desenvolvimento da Região. O plano “Amazônia Sustentável” não passou de um discurso gramscista para cooptar a população nativa.

Enquanto isso, cresce a população e incham as cidades; esvazia-se o campo e aumenta a pobreza. A economia regional é cada vez mais dependente de subsídios do governo federal; cresce a ingerência estrangeira das ONGs e, com ela, o risco à segurança nacional.

7. A COBIÇA ESTRANGEIRA

A oligarquia global tem o seu projeto amazônico.



Sabe-se de fontes históricas que, no ocaso do Império Britânico, a elite financeira internacional, que se instalara em Londres durante a Revolução Industrial, concebeu uma estratégia de longo prazo para manter a sua influência política global e assegurar o controle progressivo dos recursos naturais do planeta.

Depois da 2ª Guerra Mundial, o projeto globalista conseguiu institucionalizar as organizações-não-governamentais na carta da ONU.

Após a Conferência Antropológica de Barbados, em 1971, membros da família real inglesa tomaram a iniciativa de fomentar as suas resoluções, com o apoio do MI6, patrocinando a criação da ONG britânica *Survival International* e de sua filial americana, a *Cultural Survival*, bem como da ONG alemã *Sociedade para os Povos Ameaçados*. Essas três organizações passaram a constituir o “braço indígena” do movimento ambientalista internacional. No ano seguinte, esses mesmos interesses criaram no Brasil o CIMI – Conselho Indigenista Missionário, uma ONG importante, ligada à CNBB.

Na década de 1980, o momento da crise da dívida externa da América Latina foi aproveitado para integrar os movimentos ambientalista e indigenista. No Brasil, o CIMI liderou o lobby das ONGs na Constituinte de 1988, pela aprovação de cláusulas em favor das minorias e da Emenda Popular nº 8, que pretendia transformar o Brasil em um Estado plurinacional, como é hoje a Bolívia.

O resultado aparece no Art. 5º da “Constituição Cidadã”, incisos XVII e XVIII. O inciso XVII garante o direito de associação: “*É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar*”; o inciso XVIII legalizou os movimentos políticos, antes clandestinos: “*A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento*”. Com isso, o Estado abria mão do próprio direito de defesa, o que explica a existência de

400 mil ONGs no Brasil, onde se ocultam atividades ilícitas de grupos nacionais e estrangeiros.

Na mesma linha, a Constituição quebrou o princípio da “integração do índio à comunhão nacional”, que se mantinha no ordenamento jurídico desde o Regimento do Diretório dos Índios de 1757, substituindo-o pelo novo paradigma da interação (Art. 231); e retirou do Conselho de Defesa Nacional a atribuição de *assentimento prévio*, além de torná-lo um órgão meramente *consultivo*. Daí, a proliferação de reservas indígenas e ambientais na faixa de fronteira.

As ONGs indigenistas começaram a se manifestar no I Encontro de Altamira, em fevereiro de 1989. Com o afastamento da influência militar no processo decisório político, FHC eliminou a vigilância que o antigo EMFA exercia, desde 1930, sobre as instituições e o território, em favor da soberania nacional. Os governos petistas mantiveram a mesma política e avançaram no projeto de transformação social, com o PNDH-3.

Segundo a EMBRAPA, as restrições ambientalistas e indigenistas à atividade produtiva no Brasil já alcançam 75% do território nacional.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor paraense Dr. Armando Mendes, considerado o intérprete maior da Amazônia, escreveu que: “*O maior problema político da Amazônia é o seu vazio populacional*”. Sem população, não há atividade econômica; o território torna-se um enorme latifúndio e passa a atrair a cobiça externa.

O ecologista e professor Samuel Benchimol ressaltou que: “*A sociedade humana, através do trabalho e da imaginação, também participa do processo de transformação e ordenação do ecossistema, e não pode tornar-se sujeito passivo do mundo vegetal e animal que a rodeia*”.

Há uma estranha convergência de interesses socialistas e capitalistas sobre a Amazônia, conspirando contra a soberania brasileira. Os magnatas das commodities têm interesse em preservar, por enquanto, os recursos naturais amazônicos, para evitar desequilíbrios do mercado, enquanto que os radicais socialistas e ambientalistas têm o mesmo interesse, com a intenção de salvar esses recursos da sanha capitalista.

Portanto, é preciso substituir o paradigma da “preservação ambiental” pelo da “sustentabilidade”, isto é, a preservação do equilíbrio ecológico.

A vulnerabilidade amazônica é maior no território da Calha Norte, compreendido entre os limites de Roraima e Amapá, que não foi ocupado durante o ciclo da borracha. A seringueira que lá predominava era a “hevea benthamiana”, uma espécie de menor produtividade, que inviabilizava a produção dos seringais.

Uma solução que merece a prioridade dos paraenses é a criação de um polo estratégico na região de Óbidos-Oriximiná, com a construção da hidrelétrica do rio Trombetas, da ponte rodoferroviária sobre o rio Amazonas, em Óbidos, e a ampliação da rodovia BR-163 até a fronteira do Suriname.

Outro aspecto relevante diz respeito à configuração geográfica da Região Amazônica, como um sistema isolado do restante do território brasileiro. O problema da dependência dos Estados em relação ao governo federal decorre, em grande parte, de a economia regional não ser autossuficiente. É estratégico formar uma visão de conjunto, a partir de Belém, para integrar e desenvolver o mercado regional como um todo, a fim de ganhar autonomia econômica.

Por outro lado, como destacou o sociólogo Sérgio Buarque de Holanda, o êxito português na formação da sociedade tropical deveu-se ao respeito da Coroa pela liberdade de ação dos colonos. A cultura de impor reservas ambientais e indígenas à população nativa atrasa artificialmente a Região.

É preciso, também, completar a integração psicossocial, devolvendo ao índio o direito que todo ser humano tem ao progresso, e que lhe foi retirado pela imposição do isolamento. Não é mais possível fechar os olhos para a miséria indígena, cujas taxas de mortalidade infantil, tuberculose e analfabetismo são o triplo da média nacional; e a expectativa de vida do índio, 20 anos menor, devido a alcoolismo, homicídio e suicídio.

O índio merece ser integrado novamente à comunhão nacional, como todos os demais brasileiros. A massa de 68,5% de mestiços na composição populacional da sociedade nativa indica o caminho natural a ser seguido, desmentindo as teses artificiais dos chamados “antropólogos da ação”, a serviço do interesse estrangeiro.

O destino da Região depende da atitude da geração atual, que precisa conhecer os problemas e ter a coragem de enfrentá-los.

O Gen Rodrigo Octávio, grande idealista, criador do 1º e do 2º Gpt E Cnst, sintetizou o anseio dos amazônidas. Muito Obrigado!

- Olhar Atual. *Corrupção e recessão econômica: chagas de um Brasil sem liderança*. Disponível em: <https://olharatual.com.br/corruptao-e-recessao-economica-chagas-de-um-brasil-sem-lideranca/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).
- Americanas. *Produto 23016153*. Disponível em: <https://www.americanas.com.br/produto/23016153>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem)

SUTILEZAS DO MÉTODO CARTESIANO

(Junho de 2014)



"A deusa da Razão é a nossa maior e mais trágica ilusão".

(C. G. Jung, em **O Homem e Seus Símbolos**, pág. 128).

1. INTRODUÇÃO

Com quase quatro séculos em uso, o método cartesiano tem sido o principal responsável pelo progresso científico alcançado pela civilização.

O conceito de dividir para melhor estudar separou as ciências da filosofia e compartimentou as disciplinas, levando a humanidade à especialização.

O método explora ao máximo a dimensão racional da consciência, mas não é capaz de acessar o conhecimento arquivado na dimensão inconsciente.

A tendência moderna à integração holística faz suscitar críticas ao modelo, pelo excesso de análise e compartimentação dos estudos.

O pensamento militar, para livrar-se dos mementos, tem procurado novas alternativas. O trabalho de grupo surgiu como técnica alternativa de elaboração do produto intelectual, em substituição à reflexão individual.

É preciso discernir o papel de ambos os métodos.

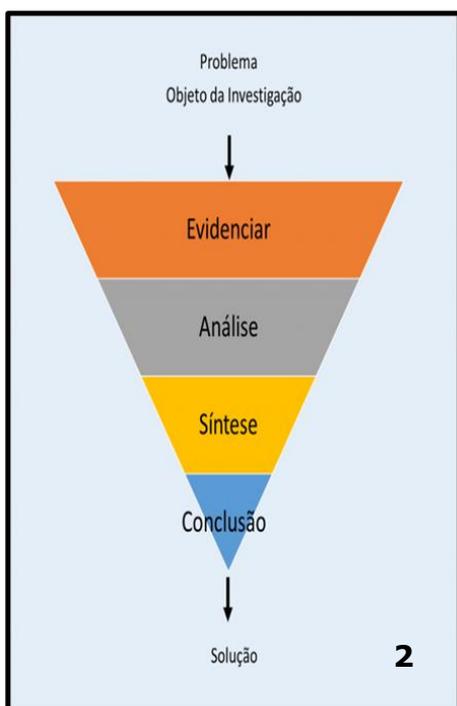
2. O MÉTODO CARTESIANO

Revelou-se profético o sonho do soldado René Descartes, na noite de 10 para 11 de novembro de 1619, nos primórdios da Guerra dos Trinta Anos. Incorporado às tropas do Duque Maximiliano da Baviera, Descartes dormia em Ulm, Alemanha, quando sonhou que sua missão na terra era construir um edifício iluminado pela verdade, unificando todos os conhecimentos humanos em bases sólidas.

Após dez anos de reflexões, Descartes publicou, em 1628, o DISCURSO DO MÉTODO, um legado à humanidade para a orientação do pensamento científico.

O método cartesiano, inspirado no raciocínio matemático, logo mostrou-se o mais simples, objetivo e seguro, sendo adotado na investigação de quase todas as ciências. É que faltava precisão aos demais métodos para guiar o pensamento com segurança, até alcançar o conhecimento desejado. Antes dele, nem mesmo a lógica aristotélica conseguira escapar da influência dos dogmas escolásticos.

O método preconiza quatro preceitos basilares para a condução do raciocínio.



O primeiro consiste em questionar tudo; jamais acolher como verdadeira coisa alguma que não seja evidente; evitar cuidadosamente o dogma, a precipitação e a prevenção, só aceitando como verdade o que seja claro, nítido e inquestionável.

O segundo, em dividir cada dificuldade a ser examinada em tantas parcelas quanto seja possível, para melhor resolvê-las.

O terceiro, em ordenar os pensamentos, começando pelos mais simples e fáceis, encadeando-os, pouco a pouco, até o conhecimento dos mais complexos, e supondo mesmo uma

ordem entre os que não se precedem naturalmente.

O quarto, em fazer tantas revisões quantas sejam necessárias, em toda parte e da forma mais completa, até a absoluta certeza de nada ter sido omitido.

A aplicação exhaustiva do método leva a mente a formar um conjunto completo e seguro das partes que compõem o problema.

A evolução europeia aumentou a complexidade da guerra e levou os exércitos a tornarem-se nacionais e permanentes, após o século XVIII. No século XIX, Napoleão instituiu o estado-maior, para sistematizar o complexo trabalho de comando da "Grande Armée". O método cartesiano, simples e fácil, passou a ser universalmente adotado na solução dos problemas militares.

O método é prático, porque dispensa as regras complicadas da lógica, e pode ser utilizado por qualquer pessoa. Julgava Descartes que o bom-senso é naturalmente igual em todos os homens e que a diversidade de opiniões não significa que uns sejam mais racionais do

que outros, mas é motivada pela forma diferente de conduzir o raciocínio e de não terem sido considerados os mesmos fatores.

3. OS INIMIGOS DO MÉTODO

As distorções na aplicação do método cartesiano resultam das limitações individuais, da precipitação e da prevenção.

a. As Limitações Individuais

A mente humana, por maior que seja o seu potencial, possui uma identidade individual e um limite de compreensão das coisas. E há conhecimentos inconscientes, que não são acessíveis à razão, como a arte, por exemplo.

O próprio gênio de Descartes equivocou-se mais de uma vez. Um de seus estudos concluiu que “a luz não é um movimento, mas uma ação instantânea”. Posteriormente, Cassini e Huygens conseguiram medir a velocidade da luz, demonstrando o erro.

O raciocínio humano consiste no exame do conhecimento armazenado na mente, em busca de uma resposta, sob o estímulo da vontade.

A linha de raciocínio é pontificada de inúmeros julgamentos parciais, onde o peso de cada pequena decisão decorre do discernimento pessoal.

São desconhecidos os fatores que configuram o senso de julgamento, mas é certa a influência dos sentimentos.

Immanuel Kant dedicou a vida a desvendar o mecanismo do raciocínio, mas não conseguiu explicar o papel dos sentimentos e emoções sobre a razão.

Bergson, o precursor da psicologia, afirmou que “O nosso espírito tem uma tendência irresistível para considerar como ideia mais clara a que mais lhe serve”.

Além disso, há na mente outras percepções não racionais, como a intuição, a sensibilidade artística e o “tao” da filosofia chinesa, considerado por Jung como o 7º sentido, que só podem ser estimuladas indiretamente pelo método.

Por essa razão, Rousseau afirmava que o instinto e o sentimento são mais confiáveis do que a razão.

O fato é que o bom-senso não se distribui igualmente entre os homens, como imaginava Descartes. É por isso que dois planejadores, trabalhando isoladamente sobre as mesmas

informações, e utilizando o mesmo método, chegam a conclusões diferentes.

Machiavel, baseado na observação empírica do comportamento humano, verificou que “Há três tipos de cérebro: o que compreende por si só, o que discerne aquilo que outros compreendem e o que não compreende nem por si só nem por meio dos outros” (O Príncipe, Cap. XXII).

b. A Precipitação

A precipitação é um juízo firmado sobre ideia falsa, incompleta ou distorcida. É causada por pressa, irreflexão ou inaptidão do planejador. Outra causa são as opiniões que a pessoa ouve e aceita sem ponderar.

“A pressa é inimiga da perfeição”. Contudo, a lei do menor esforço leva o homem a queimar etapas ou subestimar aspectos de peso, para chegar a interpretações incorretas da realidade.

c. A Prevenção

Nietzsche afirmava que “As convicções são inimigas mais perigosas da verdade do que as mentiras”.

A prevenção abrange toda ideia preconcebida que pode influir no senso de julgamento. É servidão mental assimilada do meio ambiente ou resultante de desarmonias íntimas, como os dogmas, as ideologias, os preconceitos, paradigmas, modismos, pontos de vista arraigados, ressentimentos, interesses ocultos, vaidade, complexos e bloqueios, que perturbam o discernimento e podem levar mentes inteligentes a conclusões equivocadas.

Pesquisas sobre a produtividade da CIA americana confirmaram que o analista tende a não admitir hipóteses que contrariem as suas convicções e que só muda de posição na iminência do ridículo.

Logo, o efeito fatal da prevenção é a ilusão.

O método cartesiano é o guia mais efetivo do raciocínio perquiridor, mas o grau de verdade a que conduz e a qualidade do produto obtido são variáveis correspondentes à capacidade do planejador.

Além disso, o trabalho puramente dedutivo, quando conduzido por quem possui reduzida vivência profissional, pode não ter consistência. Schopenhauer alertou que, onde há muita reflexão, mas pouca experiência, o resultado é insípido, como os livros de poucas linhas de texto para muitas de comentários.

4. O TRABALHO EM GRUPO

A discussão é uma forma clássica de alcançar o conhecimento, consagrada por Sócrates com o nome de dialética. O confronto de opiniões amplia a percepção, complementa observações e retifica equívocos, aproximando-se da verdade.

Quando vários observadores são postados em torno de um edifício com a missão de descrevê-lo, cada relatório vai conter particularidades somente visíveis dos ângulos observados, e serão muitas, se a planta do edifício for irregular. A reunião de todos na central de observação vai resultar numa vista mais completa do que as dos relatórios parciais.

A discussão faz exatamente o papel da central de observação, mostrando a validade do ditado popular: “da discussão nasce a luz”.

Contudo, a discussão pode facilmente desviar-se do objetivo, atraída por motivações subjacentes das pessoas participantes. Interesses ocultos, vaidades, desigualdades, inibições, carências afetivas e lideranças oportunistas são fantasmas inevitáveis do inconsciente grupal, à espreita de oportunidade para aflorarem. A dinâmica do grupo requer maturidade coletiva e direção experiente.

A prevenção de origem cultural é outro óbice capaz de afetar a cooperação intelectual entre as pessoas. Nos grupos militares, por exemplo, pode ser difícil ao superior hierárquico reconhecer que um subordinado tem razão, ou que possua mais conhecimento do que ele próprio. E um chefe, eventualmente, pode omitir da pauta de discussão informações privilegiadas, ainda que esclarecedoras.

Além desses óbices, há os casos-padrão da discussão precoce, do grupo atuando como indivíduo e da cooperação sem discussão, que constituem desvios do método dialético e merecem especial atenção.

a. A Discussão Precoce

O acréscimo de conhecimento pretendido com o trabalho em grupo pressupõe o debate de pontos de vista consolidados pela reflexão. O participante deve apresentar-se dominando o próprio “insight”, uma visão pessoal e peculiar do problema em estudo. Se a discussão ocorre antes de os membros do grupo estarem devidamente preparados, ela torna-se inócua.

Geralmente, o prazo de conclusão de um trabalho ganha prioridade sobre o próprio conteúdo, precipitando a discussão. Quando isso ocorre, o ambiente imaturo passa a estimular os óbices

personalistas, gerando mais especulação do que conhecimento consistente.

b. O Grupo como Indivíduo

Quando um grupo como um todo desenvolve raciocínio encadeado em busca de determinado conhecimento, o debate fica prejudicado pela ausência de reflexão. A criatividade pessoal é inibida por falta de tempo. O rendimento grupal segue a média das capacidades individuais dos participantes, ficando aquém da potencialidade do conjunto.

Esta técnica pode ser usada visando a objetivos instrucionais, mas a sua repetição sistemática induz à padronização dos julgamentos e a resultados estereotipados.

c. A Cooperação sem Discussão

É o caso do trabalho repartido em tarefas individuais. Não havendo discussão, o resultado é uma colcha de retalhos intelectual, sem unidade de raciocínio e sem os benefícios da interação dialética. Embora produto do trabalho coletivo, esta modalidade não pode ser considerada trabalho em grupo.

Descartes destacou que “as construções começadas e concluídas por um único arquiteto são geralmente mais belas e ordenadas do que aquelas que vários esforçam-se por reformar. (...) A ciência é como uma arquitetura. (...) Um único espírito, atento exclusivamente às exigências da razão, seria capaz de conceber o plano urbanístico do conhecimento de tratado perfeito, porque integrado numa concepção unitária”.

Em resumo, podemos concluir que:

Primeiro: o método cartesiano, corretamente utilizado, sedimenta na mente um cenário completo (“insight”) tão próximo da verdade quanto lhe permita a capacidade pessoal do planejador.

Segundo: o método dialético pode complementar os “insights” individuais, por meio da discussão, adicionando conhecimentos e eliminando equívocos. Se toda mente tem um limite, é sempre desejável o confronto com outras opiniões viáveis.

5. METODOLOGIA DO TRABALHO DE COMANDO

A gênese de qualquer empreendimento segue a trilogia: problema – solução – execução.

O trabalho de comando é a função dirigente dos empreendimentos militares.

O processo decisório consiste no ordenamento sistemático do trabalho de comando.

A metodologia militar é sempre a mesma, qualquer que seja o nível de comando ou ambiente operacional, e desdobra-se em três fases sucessivas.

A primeira trata da análise do problema e dos fatores relacionados com a solução. A segunda, da montagem de soluções, simulação de seus resultados, comparação e decisão. A terceira fase ocupa-se da execução, inclusive as circunstâncias que a envolvem.

a. Primeira Fase – Compreensão do Problema

Corresponde às etapas do estudo de situação: análise da missão; reunião de dados; considerações que afetam as possíveis linhas-de-ação.

A compreensão plena requer que o planejador siga fielmente o método cartesiano. O problema deve ser subdividido pelos fatores da decisão, a começar pela missão.

A existência de bancos de dados com informações atualizadas facilita o trabalho.

A análise meticulosa de cada fator, seguida de sínteses parciais cada vez mais completas, termina por formar o “insight” desejado na mente, habilitando-a a conceber soluções apropriadas.

Nesta etapa, o trabalho em grupo pode enriquecer as conclusões, se realizado ao término do estudo, ou mesmo, ao final de cada análise parcial.

Não consideramos trabalho em grupo as eventuais consultas a especialistas, nem seus “briefings”, quando necessários.

b. Segunda-Fase – Solução do Problema

Corresponde à(s): possibilidades do inimigo; nossas linhas-de-ação; análise das linhas-de-ação opostas; comparação das nossas linhas-de-ação; decisão.

Conceber soluções para problemas militares constitui trabalho de arquitetura mental a exigir qualificação profissional que o método,

sozinho, não pode proporcionar. Requer vivência, conhecimento técnico-profissional, domínio de casos históricos, aptidão e criatividade.

Uma forma eficiente de massificar pessoal para este trabalho é o uso didático do método indutivo. O instruendo aprende diversos modelos de solução-padrão para casos gerais. Ante um caso novo, ele "induz" uma combinação que resolve o problema específico. É claro que esta técnica não estimula resultados originais, mas habilita os planejadores a elaborarem propostas de boa qualidade.

A discussão pode contribuir para aperfeiçoar as alternativas em estudo.

Cada solução deve ser submetida ao processo mental de simulação de seus efeitos. Este trabalho de imaginação é também balizado pela lógica cartesiana. São poucas as mentes capazes de conduzir, isoladamente, uma simulação. O uso de computadores e os jogos-de-guerra podem ajudar. Mas o trabalho em equipe é sempre desejável, por somar acuidades imaginativas e suprimir possíveis deficiências.

Os resultados simulados são, posteriormente, comparados, indicando a solução vencedora, que servirá de base à decisão do comandante.

c. Terceira Fase – Execução

Corresponde à(s): preparação e difusão de planos e ordens; supervisão.

Duas providências relacionadas com a execução merecem particular atenção: comunicação e controle.

A comunicação entre o órgão planejador e o escalão executante deve fluir com facilidade e sem obstáculos. Os documentos, redigidos em linguagem clara, objetiva e familiar ao usuário. Os planos e ordens devem ser sintéticos.

No livro "A Guerra que eu vi", o Gen Patton comentou: "uma ordem de operações de exército com mais de uma folha e meia significa incompetência do comandante".

Se o conteúdo for sigiloso, convém optar-se pelo menor grau de classificação sigilosa compatível com a proteção necessária.

A difusão deve enfatizar o contato pessoal. Oficiais de ligação podem permanecer junto aos executantes, esclarecendo dúvidas. A ligação precisa ser informal, sem obstáculos psicológicos. E os meios de comunicação, abundantes.

O controle é medida de garantia da execução. Começa com a supervisão e alimenta o comando planejador com informações para o estudo de situação continuado. É nesta fase que se observam distorções de planejamento, fatos imprevisíveis e desvios na execução, permitindo retificações e a intervenção oportuna.

Uma metodologia de controle adequada assegura a exequibilidade dos planos, sem desrespeitar os limites de competência dos comandos subordinados. O controle só termina com a aferição dos resultados finais.

6. CONCLUSÃO

A despeito das críticas, ainda não há sucedâneo para o método cartesiano, que continua o melhor condutor do raciocínio individual na busca de uma decisão. Bem assimilado, ele liberta o libertador da rigidez dos mementos, que ajudam como memória, mas podem enrijecer o pensamento e inibir a criatividade.

O uso continuado do método habitua a mente à reflexão. Só não consegue inculcar sabedoria, dom que combina sensibilidade com experiência de vida e cuja falta justifica a visão limitada da realidade, observada em muitas inteligências. Por isso, é sempre desejável o confronto de opiniões.

O trabalho em grupo, ao permitir a interação dialética, complementa, mas não substitui o trabalho de reflexão individual.

O processo decisório enriquece-se, quando associa corretamente os dois métodos.

Concluído um planejamento, resta a preocupação com a efetividade de sua execução. A comunicação, fator importante da ligação planejador-executante, começa com a linguagem dos documentos e abrange as medidas para sua divulgação.

Finalmente, cabe enfatizar que o processo só se encerra quando aferidos os resultados finais. A fase do controle acompanha toda a execução e caracteriza a presença do comando planejador, corrigindo rumos e alterando metas, quando necessário.

• Wikipédia. *René Descartes*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ren%C3%A9_Descartes. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).

• Colabrae. *Método cartesiano*. Publicado em 30 nov. 2022. Disponível em: <https://colabrae.com.br/blog/2022/11/30/metodo-cartesiano/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).

CENÁRIO DA CRISE 1961-1964

(Dezembro de 2014)

1. Contexto Estratégico

Entre 1950 e 1964, o Brasil passou por um processo acelerado de crescimento industrial e urbanização, mas as estruturas nacionais permaneceram rurais. A terra tornou-se mais rentável. As reformas passaram a constituir bandeira das correntes de esquerda em luta pelo poder.

Nessa época, o socialismo exercia o fascínio de uma fatalidade otimista, galvanizado pelos índices de desenvolvimento econômico da União Soviética.

Contudo, a crise do estalinismo, resultante do relatório Kruschev, fragmentou a coesão do bloco socialista. O XX Congresso do PCUS (1956) revisou o processo marxista, para prevenir a guerra com as potências capitalistas lideradas pelos Estados Unidos. A União Soviética passou a adotar a doutrina da "coexistência pacífica", um conceito que dissimulava a subversão como estratégia indireta de luta.

Mao Tse Tung rejeitou o revisionismo soviético e fez da China um polo alternativo, irradiador do movimento comunista internacional, ao qual veio juntar-se a Albânia como aliada europeia.

A "Guerra Fria" intensificou-se, a partir da implantação do muro de Berlim, em 13 de agosto de 1961. A URSS deflagrou, no Terceiro Mundo, a sua "manobra exterior", com focos no Vietnã, África Central e Cuba (onde Fidel Castro instalara o regime comunista, em 1959).

No Brasil, em setembro de 1960, o Partido Comunista aderiu à doutrina da "coexistência pacífica" do PCUS e retomou a sigla original de Partido Comunista Brasileiro. Em 1962, um grupo dissidente formou o Partido Comunista do Brasil, alinhando-se à matriz chinesa.

O Movimento Comunista infiltrou-se, sistematicamente, nos sindicatos e nas organizações sociais. As Ligas Camponesas, criadas em 1954, expandiram-se para vários pontos do país, sobretudo Pernambuco e Paraíba, lideradas pelo advogado pernambucano Francisco Julião, uma figura da classe média urbana.

Os Estados Unidos responderam com a "estratégia da contenção". No Brasil, as forças políticas conservadoras sofreram influência americana. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática

(IBAD) contrapôs as ideias de segurança e desenvolvimento à corrente revolucionária. A Escola Superior de Guerra (ESG), fundada em agosto de 1949, com a assistência de uma missão americana, adotou a doutrina de segurança nacional, tendo como principal organizador o general Golbery do Couto e Silva.

2. Contexto Político-Social

A promessa de uma “faxina” geral levou Jânio Quadros, da coligação UDN/PDC/PTN/PR/PL, a vencer as eleições de outubro de 1960, com 48% dos votos, enquanto o marechal Lott, do PSD/PTB, obteve 28% e Ademar de Barros, do PSP, 23%. João Goulart, vice da chapa PSD/PTB, elegeu-se, apesar da derrota de Lott.

Os partidos políticos foram infiltrados. O PTB cresceu, com a adesão dos militantes do Partido Comunista na ilegalidade. Internamente, formou-se o “grupo compacto”, que defendia uma posição nacionalista agressiva e a reforma social.

Na UDN, surgiu o grupo “bossa-nova”, favorável às reformas de base e aos planos financeiros do governo, mas a maioria do partido polarizou-se na Ação Democrática Parlamentar, uma tendência conservadora, e buscou a aproximação com os militares.

No PSD, a “Ala Moça”, uma dissidência interna surgida durante a campanha de Juscelino, em 1955, dissolveu-se após a derrota de Lott, mas seu grupo articulou o surgimento da Frente Parlamentar Nacionalista.

Jânio governou sem uma base política de apoio, pois o PSD e o PTB dominavam o Congresso. Lacerda passou-se para a oposição.

O presidente começou priorizando assuntos exóticos e de menor importância, como a proibição do lança-perfume, do biquíni e das brigas de galos. Condecorou Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, quando este fez escala em Brasília, voltando da sessão de Punta del Este, onde fora participar do lançamento da Aliança para o Progresso.

Ao reduzir os subsídios para a importação de trigo e petróleo, Jânio provocou uma elevação de 100% nos preços do pão e dos combustíveis, causando preocupante insatisfação popular.

Carlos Lacerda fez um discurso candente, na noite de 24 de agosto de 1961, em que denunciou o convite que recebeu para participar de uma tentativa de golpe janista, articulada pelo ministro da Justiça, Oscar Pedrosa Horta.



No dia seguinte, Jânio renunciou à Presidência da República.

No dia 26, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu interinamente a Presidência.

Jango, que retornava de viagem à China, teve a sua posse vetada pelos ministros militares de Jânio (almirante Sílvio Heck, general Odylio Denys e brigadeiro Grum Moss), por razões de segurança nacional. Contudo, no Rio Grande do Sul, o comandante do III Exército, general Machado Lopes, aderiu à “Campanha da Legalidade”, de Leonel Brizola, favorável ao vice-presidente.

O Congresso solucionou a crise em 7 de setembro de 1961, com a adoção do sistema parlamentarista de governo.

O ato que instituiu o parlamentarismo previa a realização de um plebiscito em 1965, mas João Goulart começou uma campanha pela antecipação da consulta popular.

Tancredo Neves foi nomeado primeiro-ministro. Em junho de 1962, ele demitiu-se, a fim de candidatar-se às eleições de outubro. Para sucedê-lo, o presidente indicou San Thiago Dantas, ex-ministro das Relações Exteriores, que havia defendido a neutralidade do Brasil na questão cubana. O Congresso terminou aprovando o nome de Brochado da Rocha para o cargo, um gaúcho desconhecido. Brochado, porém, conseguiu antecipar o plebiscito para janeiro de 1963.

Nessa eleição, 9,5 milhões de um total de 12,3 milhões de votantes responderam “não” ao parlamentarismo, levando Jango a recuperar as atribuições plenas do regime presidencialista.

No campo social, o grevismo alastrou-se do setor privado para o setor público, incentivado pelo próprio governo, intensificando-se a mobilização popular. Enquanto em 1958 ocorreram 31 greves, em 1963 elas chegaram a 172.

Em março de 1963, Jango sancionou o Estatuto do Trabalhador Rural. O movimento estudantil passou a exacerbar a agitação nas principais cidades, por meio da UNE.

A Igreja ficou dividida pela teologia da libertação, que passou a influenciar seus movimentos internos, como a JEC (Juventude Estudantil Católica), a JOC (Juventude Operária Católica) e a JUC

(Juventude Universitária Católica). A Ação Popular (AP), uma organização marxista, nasceu na JUC, em 1962, desligada da hierarquia eclesiástica.

Inspirada pela encíclica *Mater et Magistra*, lançada pelo papa João XXIII em maio de 1961, a Igreja fez campanha pela sindicalização rural no Nordeste.

As reformas de base visavam, em princípio, à modernização do País, mas suas bandeiras foram abraçadas pelos movimentos revolucionários. As elites conservadoras, desconfiadas, preferiram afastar-se do governo, diante do clima de mobilização social e incerteza dos investimentos.

O movimento sindical adotou a tática de criar organizações paralelas, sem a subserviência dos velhos "pelegos", resultando na formação do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), em 1962.

Os portuários, em greve, paralisaram todos os portos. No Rio de Janeiro, o I Exército garantiu a segurança aos trabalhadores, contra as ameaças de repressão do governador Carlos Lacerda.

Em São Paulo, Ademar de Barros, que derrotara Jânio Quadros nas eleições de outubro de 1962, passou a reprimir duramente as greves.

San Thiago Dantas, ministro da Fazenda, e Celso Furtado, do Planejamento, integravam a "esquerda positiva" do ministério. O general Amaury Krueel, vindo do gabinete parlamentarista, permaneceu como ministro da Guerra.

A situação financeira agravou-se. A inflação escalou de 26,3% em 1960, para 33,3% em 1961 e 54,8% em 1962. Para enfrentá-la, Celso Furtado lançou o Plano Trienal, buscando combinar crescimento econômico com reformas sociais e combate à inflação.

Em meados de 1963, o plano tinha fracassado. A pá de cal foi um aumento de 70% no salário do funcionalismo, em meio a uma inflação que já chegara a 25% nos primeiros meses do ano.

Jango reformou o ministério. O general Jair Dantas Ribeiro foi para o Ministério da Guerra.

A partir de meados de 1963, a sindicalização rural e a invasão de terras ganharam ímpeto, e os proprietários rurais começaram a se armar. Em outubro, o Congresso rejeitou a emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras sem prévia indenização. Leonel Brizola criou os chamados "grupos dos onze", uma organização revolucionária destinada a eliminar as lideranças reacionárias.

Em 12 de setembro de 1963, ocorreu em Brasília uma revolta de sargentos e cabos da Aeronáutica e da Marinha, em protesto contra a decisão do Supremo Tribunal Federal que impedia a eleição de sargentos.

Em outubro de 1963, o presidente propôs a decretação do estado de sítio por trinta dias, que foi rejeitada pelo Congresso.

O clima de radicalização política polarizou os atores, impedindo uma saída democrática.

No início de 1964, Jango partiu para as reformas por decreto, brandindo o jargão “na lei ou na marra”. Para pressionar o Congresso, promoveu comícios de impacto, onde anunciava as reformas de base.

O primeiro foi realizado a 13 de março, na Central do Brasil (Rio de Janeiro). Na ocasião, Goulart assinou dois decretos: o primeiro desapropriava as refinarias de petróleo privadas; o segundo – decreto da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) – regulava a desapropriação de propriedades subutilizadas. No mesmo comício, antecipou o anúncio da reforma urbana, a proposta de aumento de impostos e a concessão de voto aos analfabetos e às praças das Forças Armadas.

A reação começou com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março, onde cerca de 500 mil pessoas desfilaram em protesto na cidade de São Paulo.

Em 24 de março, o ministro Sílvio Mota, da Marinha, ordenou a prisão dos dirigentes da Associação de Marinheiros, liderada pelo cabo Anselmo, por indisciplina. No dia seguinte, 2 mil marinheiros e fuzileiros navais realizaram uma manifestação no Sindicato dos Metalúrgicos, com a participação dos punidos. Para reprimi-la, foi enviado um contingente de fuzileiros, que aderiu ao motim, incentivado pelo próprio comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, almirante Cândido Aragão. O ministro solicitou o apoio do I Exército, mas a situação evoluiu para uma solução política. João Goulart prometeu anistiar as praças e atender às suas reivindicações. Sentindo-se desprestigiado, o ministro demitiu-se, sendo substituído pelo almirante Paulo Mário da Cunha Rodrigues, indicado pelos próprios manifestantes, com o apoio do CGT. O novo ministro anunciou que os revoltosos não seriam punidos. O Clube Militar denunciou o ato.

No dia 28 de março, ocorreu uma reunião no aeroporto de Juiz de Fora, para avaliação da conjuntura, convocada pelo marechal Odylio Denys. Participaram o governador Magalhães Pinto, o general

Olympio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, o coronel José Geraldo, comandante da Polícia Militar de Minas Gerais e outras autoridades.

Jango ainda realizou o comício do Automóvel Clube, no dia 30 de março, indo discursar para uma assembleia de sargentos, apesar do conselho de Tancredo Neves para não comparecer. Nesse mesmo dia, o governador Magalhães Pinto lançou o “Manifesto de Minas”, em que o Estado de Minas Gerais se considerava desvinculado da União Federal, até a substituição do presidente da República.

Estava deflagrada a Revolução. Seguiu-se a intervenção militar, iniciada com o deslocamento das tropas do general Olímpio Mourão Filho para o Rio de Janeiro, em 31 de março de 1964.

Na noite de 31 de março, o comandante do II Exército, general Amaury Krueel, tentou uma solução negociada com o seu amigo João Goulart. Sem êxito, resolveu aderir à Revolução no dia seguinte.

João Goulart abandonou o governo na noite de 1º de abril, rumando de Brasília para Porto Alegre, onde restava alguma esperança de apoio. O presidente do Senado declarou vago o cargo de presidente da República. Assumiu, interinamente, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzili.

Jango e sua equipe tinham uma visão equivocada do quadro político. Tomavam o ambiente das esferas do poder como expressão do que se passava na sociedade.

Embora predominasse a atitude legalista entre os oficiais do Exército, não era mais possível tolerar a violação da hierarquia e da disciplina, a quebra da ordem social e a ameaça comunista.

Não houve reação popular contra a intervenção de 31 de março de 1964.

- JWS. *A renúncia que jogou o Brasil na crise em 1961*. Disponível em: <https://jws.com.br/2023/04/a-renuncia-que-jogou-o-brasil-na-crise-em-1961/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).

A INTELIGÊNCIA DE ESTADO

(Palestra na CREDEN - Câmara dos Deputados – Novembro de 2014)

Inicialmente, gostaria de agradecer ao jornalista Marcelo Rech, pela oportunidade deste seminário, que considero de importância relevante para o trabalho de institucionalização do nosso país.

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Vou fazer uma apresentação sucinta, atendo-me a uma visão particular do assunto e abordando tópicos específicos, baseado na minha vivência funcional e na observação dos fatos. E cingir-me aos conceitos metafísicos das diversas funções, para transmitir o que não passa de uma opinião aos profissionais de inteligência.

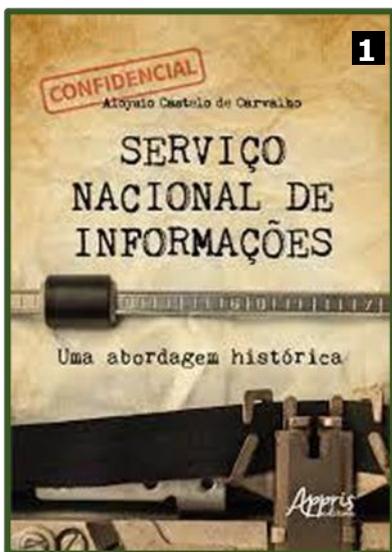
O Brasil ainda não superou o estágio sociológico da adolescência. Efeito provável da mestiçagem psicológica a que se referem Gilberto Freyre e o Dr. Carl Gustav Jung, os traços característicos da identidade nacional não estão plenamente consolidados. Em acréscimo, há o fato de a sociedade brasileira ter tido uma origem fragmentária, onde as comunidades regionais cresceram de forma autônoma, adquirindo mentalidades diferentes.

Devido a essas condições, a institucionalização do país, iniciada em 1822, ainda está longe de ser completada. E essa diversidade, não obstante representar criatividade e riqueza cultural, determina uma multiplicidade incomensurável de opiniões, que dificulta a formação de consenso e a definição das metas nacionais.

Na falta de referenciais próprios, a opinião pública volta-se para o exterior, tornando-se suscetível à influência estrangeira, sobretudo a de natureza cultural e a ideológica.

A criação recente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI) pelo Congresso Nacional significa um avanço institucional do país, garantindo legitimidade a essa importante função de Estado.

2. PROBLEMAS DA INTELIGÊNCIA DE ESTADO



A falta de um conceito de segurança nacional que torne explícitas as formas de ameaça ao país dificultam a orientação do esforço de busca de inteligência. Note-se que o conceito de Defesa é incompleto. E até mesmo o conceito de terrorismo ainda não pôde ser aprovado, por falta de consenso político.

Outro problema de difícil solução é a inaptidão cultural dos clientes principais ao uso dessa importante ferramenta de auxílio à decisão. Em geral, não sabem o que querem ou não confiam nos órgãos institucionais e deixam de estabelecer as próprias necessidades, relegando-as ao discernimento das corporações funcionais. É por isso que são os órgãos de inteligência que têm de definir os próprios objetivos, despertando a desconfiança dos usuários.

Outro aspecto fundamental é a questão da confiabilidade. A confiança é o ingrediente essencial da atividade de inteligência. Sem ela, fica inviável a tramitação de informações sensíveis, porque ninguém repassa o que sabe para em quem não confia. Contra essa prevenção funcional, não adianta legislação. Infelizmente, a transição ocorrida no final do SNI foi feita de forma precipitada, deixando sequelas que ainda não foram inteiramente superadas. É fato, que se leva uma geração para construir a confiança do sistema, e cinco minutos para destruí-la. Por isso, sou de opinião que a inteligência, como função de Estado, deva ser preservada de influência política e sindical.

3. PRIORIDADES FUNCIONAIS

Quanto à atividade em si, acredito que o homem, como produtor do conhecimento de inteligência, merece a prioridade funcional. Somente o elemento humano é capaz de penetrar a intimidade do alvo, para interpretar a intenção dos seus atos. O potencial da inteligência de sinais e dos demais processos de busca limita-se, a meu ver, a complementar a inteligência humana. A

tecnologia a serviço da atividade não consegue mais do que, simplesmente, facilitar o acesso do homem ao conhecimento negado.

Atualmente, a internet tornou-se ferramenta essencial de trabalho do profissional de inteligência, criando especial preocupação, em face das suas vulnerabilidades. Como fonte de busca, requer crescente especialização dos quadros, sendo imprescindível operar na "deepweb". Por outro lado, a vulnerabilidade das redes requer que a defesa cibernética seja uma função prioritária da atividade de contrainteligência.



2 Outra atividade que merece prioridade é a de segurança do pessoal. Subestimar-se o papel do homem pode fragilizar o serviço, como ficou provado, recentemente, no caso Snowden. O recrutamento de recursos humanos é tarefa cada vez mais sensível, a exigir profissionalismo e critério. A capacidade intelectual e a competência técnica não garantem a confiabilidade da pessoa. Por

esse motivo, a exigência única de concurso público é insuficiente para constituir um processo seguro de recrutamento de pessoal. É imprescindível que se considere a aptidão do candidato à atividade e a sua confiabilidade pessoal.

O setor de operações, a meu ver, é o mais estratégico e sensível, embora, atualmente, seja menos valorizado do que o de análise. É verdade que passou a era do agente tipo 007, mas existem formas mais modernas de reduzir o risco inerente, recorrendo-se à tecnologia e à terceirização. É fato, também, que, em qualquer lugar do mundo, o profissional de operações trabalha no limiar da legalidade e precisa ser protegido.

Além da infiltração, o acesso ao círculo íntimo do alvo pode ser obtido por meio do recrutamento operacional de informantes e até mesmo da compra do conhecimento desejado, desde que não seja possível obtê-lo por outro meio. Na verdade, não existe forma mais eficaz de acesso ao conhecimento negado. A análise de jornais, revistas e publicações ostensivos não é suficiente para proporcionar o conhecimento verdadeiro que assegure a intenção do alvo.

Devido à extrema sensibilidade desse ramo de atividade, a busca de inteligência, sobretudo em âmbito internacional, requer dos agentes uma visão estratégica, grande experiência e absoluta confiabilidade.

CONCLUSÃO

Portanto, em resumo, considero que:

- A Inteligência necessita de embasamento legal sobre um conceito de segurança nacional abrangente, que especifique as formas de ameaça à soberania do Estado e às instituições nacionais, à lei e à ordem, facilitando a formulação de seus objetivos.
- A inaptidão dos clientes políticos ao uso da inteligência parece ser o maior entrave à destinação da atividade.
- a confiança é o atributo essencial de uma comunidade de inteligência.
- A inteligência humana é a função que merece a prioridade institucional.
- A segurança do pessoal e a defesa cibernética são as atividades mais críticas do ramo da contrainteligência.
- O setor de operações merece ser mais valorizado. Os níveis de qualificação de seu pessoal devem alcançar o patamar do conhecimento estratégico e do conhecimento técnico, devendo abranger a aptidão para atuar na "deepweb".

Muito obrigado!

- Editora Appris. *Serviço Nacional de Informações: uma abordagem histórica*. Disponível em: <https://editoraappris.com.br/produto/servico-nacional-de-informacoes-uma-abordagem-historica/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).
- Wikipédia. *Agência Brasileira de Inteligência*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ag%C3%Aancia_Brasileira_de_Intelig%C3%Aancia. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem)

PARADIGMAS DE INSEGURANÇA NO BRASIL

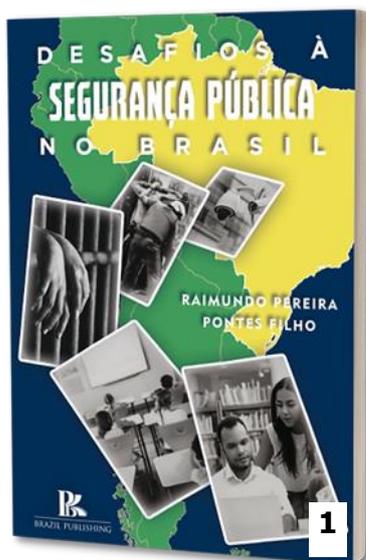
(Janeiro de 2015)

1. INTRODUÇÃO

No Brasil moderno, o crescimento desordenado da população e a sua concentração nos centros urbanos refletiram-se na segurança, afetando a harmonia social.

Em junho de 2013, o total de homicídios registrado em um ano superou em mais de 20% o número de mortes na sangrenta guerra da Síria, no mesmo período.

A opinião pública, no entanto, prefere alienar-se na zona de conforto, evitando as correções necessárias.



Ao longo da nossa História, a segurança foi sempre orientada para a imposição da ordem e a afirmação da autoridade. O povo, relegado a expectador ou paciente, terminou incorporando uma atitude defensiva, indiferente e conivente com o crime. A tendência à proliferação de mecanismos de impunidade e de preterição processual reforça a percepção de que a insegurança no Brasil é uma condição atávica.

Ao propor uma explicação, este ensaio examina, sinteticamente, o contexto em que se formou a sociedade nacional, à luz da psicologia; em seguida, identifica os principais paradigmas que afetam a segurança, para chegar, finalmente, a uma conclusão.

2. CONTEXTO PSICOSSOCIAL

a. O Inconsciente Coletivo

Os estudos de Carl Gustav Jung demonstraram que, além do inconsciente individual, descoberto por Freud, existe o inconsciente coletivo, que "é uma psique impessoal, comum a todos os seres

humanos, apesar de expressar-se através de uma consciência pessoal” (Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo, pág. 189).

Cabe lembrar que: “a consciência humana origina-se de uma psique inconsciente” (Idem, pág. 280).

O inconsciente pessoal é o arquivo dos complexos individuais (inclusive as “sombbras”), enquanto que o inconsciente coletivo é o que contém os arquétipos. “As imagens míticas pertencem à estrutura do inconsciente coletivo” (Ibidem, pág. 189).

A “Sombra” é um defeito pessoal que detestamos e que, por isso, recalamos para o inconsciente; é o “argueiro no próprio olho”, que não reconhecemos, mas que enxergamos perfeitamente nos olhos dos outros.

“Arquétipos” são padrões mentais, configurados no inconsciente coletivo de todos os indivíduos da espécie; são os “instintos psicológicos” do homem, e estão para a mente como os “instintos fisiológicos” estão para o sistema biológico. “Há boas razões para supormos que os arquétipos sejam imagens inconscientes dos próprios instintos” (Jung, idem, pág. 53).

“Arquétipo” nada mais é do que o sinônimo de “ideia” no sentido platônico. (...) “É um órgão anímico presente em cada um”. Representa um conteúdo que se modifica através da conscientização e percepção. “Muda constantemente de forma” (pág. 182), evoluindo ao sabor das experiências da vida coletiva, em processo similar à teoria de Darwin.

Os arquétipos são fatores formais, responsáveis pela organização dos processos psíquicos inconscientes, “os patterns of behaviour”. Desenvolvem efeitos numinosos que se expressam como afetos. O afeto produz um “abaissement de niveau mental” parcial (Jung em Sincronicidade, pág. 29).

Em momentos de crise emocional, os arquétipos podem emergir à consciência, usando a linguagem dos símbolos. Costumam aparecer em sonhos e mitos, lendas e narrativas folclóricas.

Jung descobriu que as pessoas se comunicam de forma inconsciente, e que a mente humana pode interferir até mesmo na estrutura das coisas. Por sua vez, as sociedades adquirem personalidade coletiva semelhante à personalidade individual. É assim que: “Os arquétipos criam mitos, religiões e filosofias que influenciam e caracterizam nações e épocas inteiras” (Jung, em O Homem e Seus Símbolos, pág. 98).

Portanto, são as “sombbras” e os arquétipos que explicam a existência e o funcionamento dos mecanismos de defesa

inconscientes e de outros artifícios comportamentais típicos da cultura popular.

b. A Sociedade Brasileira

1. A FORMAÇÃO

A sociedade nacional, considerada pela Sociologia como a civilização dos trópicos, resultou de um processo extraordinário de fusão de raças – o português, o índio nativo e o negro africano – no espaço de pouco mais de três séculos.

A miscigenação rápida foi um fenômeno complexo, que transcendeu o campo biológico, em suas implicações psicológicas e miméticas de adaptação social e física ao ambiente tropical. Convém observar que a migração indígena para o litoral brasileiro havia ocorrido menos de um século antes da chegada dos europeus.

A façanha foi notável, segundo Gilberto Freyre: “A sociedade brasileira é o tipo de civilização mais estável na América hispânica; e, de todas da América, a que se constitui mais harmoniosamente quanto às relações de raça” (Casa-Grande e Senzala pág. 43 e 160). Contudo, na mestiçagem psicológica, houve uma combinação dos arquétipos e “sombras” oriundos dos povos formadores, em suas experiências centenárias de tirania, inquisição, escravidão, tribalismo e antropofagia.

2. A MENTALIDADE

A população colonial desenvolveu-se sob o regime da monocultura do açúcar, única solução viável para os problemas inerentes ao ambiente: muita terra, pouca gente e alto risco. Três séculos dessa vivência deixaram sequelas culturais permanentes, que desafiam o nosso futuro.

A mentalidade que se consolidou no País, a partir de 1530, foi tipicamente rural, pois que as cidades, plantadas no litoral, não passavam de entrepostos de exportação de açúcar e importação de escravos.

Em 1822, o Brasil independente era um arquipélago de comunidades autônomas, com 4,5 milhões de habitantes, sendo 22% brancos, 27% escravos, 17% índios e 34% mestiços. O interesse comum que determinou a unidade política foi o escravagismo.

Os efeitos psicológicos desse regime – discriminação e preconceito – dividiam a sociedade em senhores e escravos,

disseminando o medo subjacente de revoltas como o "haitianismo", que dizimou a população branca da ilha de São Domingos, no Caribe, em 1791.

Como fator adicional de atraso, não havia cultura familiar no seio da população mestiça: "Entre a gente de condição social inferior, a família extensiva não existiu" (História Concisa do Brasil, pág. 36).

As ideias iluministas da Revolução Francesa, importadas pela Maçonaria, dividiram as elites regionais, a partir de 1831, motivando disputas pelo poder sem participação popular. Exceto na Cabanagem (Pará), o povo foi sempre relegado à margem da política.

A Lei Áurea provocou o colapso da economia e a queda da monarquia, deflagrando a migração rural. Com a marcha acelerada da urbanização, São Paulo que, em 1888, tinha 65 mil habitantes, em 1900, já abrigava 239 mil. Essa tendência foi acompanhada de uma transferência implacável de poder do campo para os centros urbanos.

Gilberto Freyre comenta que, após 1888: "O escravo foi substituído pelo pária de usina; a senzala, pelo mocambo; o senhor de engenho, pelo usineiro ou pelo capitalista ausente" (Casa-Grande e Senzala, pág. 51/52). O efeito social dessa mudança foi sintetizado por Sérgio Buarque de Holanda: "Estereotipada por longos anos de vida rural, a mentalidade de casa-grande invadiu as cidades e conquistou todas as profissões, sem exclusão das mais humildes" (Raízes do Brasil, pág. 87).

A imigração europeia de 5 milhões de almas, ocorrida a partir da metade do século XIX, fez uma transfusão de tecnologia e capital humano, que aumentou a produtividade rural e revitalizou os grandes centros, mas portou as ideologias revolucionárias que convulsionavam o Velho Continente, assim agregando ingredientes exóticos ao cadinho do inconsciente coletivo.

No século XX, a industrialização pós-depressão de 1929 potencializou o fenômeno da urbanização. A economia diversificou-se. A contribuição do café caiu para 15% das exportações em 1972, e chegou a 2,37 % em 2008, ou 0,5% do PIB. A população saltou de 51,9 milhões, em 1950, para 201,33 milhões em 2013, conforme o IBGE. A massa urbana chegou a 170 milhões de pessoas, representando 84% do total nacional. Surgiu a classe média. Houve uma mudança radical de hábitos e costumes. Eclodiram os movimentos sociais. O consumismo massificou as pessoas.

O processo republicano, iniciado em 1889 sem participação popular, não conseguiu harmonizar as múltiplas antinomias que compõem o "self" nacional. O Brasil ingressou no século XXI com a

sua dimensão psicossocial dissociada. Sem encontrar o caminho da conciliação, enfrenta surtos de esquizofrenia sociocultural no cotidiano, onde emergem as “sombras” do inconsciente coletivo ao nível concreto, sob a forma de indisciplina, corrupção, violência, crime organizado, tráfico, e outras anomalias sociais.



O historiador Boris Fausto concluiu que: “No Brasil, a insegurança, sobretudo nas grandes cidades, tornou-se alarmante. (...) A associação entre o consumo de droga e o crime, vinculada a uma quebra geral de valores, deu origem a um fenômeno novo, o jovem delinquente de classe média” (História Concisa do Brasil, pág. 309).

3. PARADIGMAS SUBJETIVOS

São os clichês mentais plasmados na opinião pública, conscientes ou não, que afetam a segurança em geral. Dentre esses, os mais nocivos são os atavismos culturais e os derivados de propaganda.

Atavismos Culturais

São os complexos e as “sombras” do inconsciente coletivo; entre outros, o complexo de culpa e seu corolário, a leniência; a corrupção, o sadismo, o masoquismo, o machismo, as taras, o personalismo e a indisciplina.

O complexo de culpa é a seqüela deixada por três séculos de escravidão, que mais contaminou as elites nacionais. É a raiz da atitude leniente, que causa impunidade; da “síndrome do coitadinho”, que estimula os abusos das minorias; e do fenômeno da “transferência”, que projeta a responsabilidade dos delitos na sociedade, nas autoridades policiais e nas armas de fogo. A leniência é o corolário do mesmo complexo, que criou no brasileiro a tendência de acobertar o crime e proteger o infrator.

A corrupção é costume antigo. Oliveira Lima diz que: “Na época de D. João VI, já se cobrava a comissão de 17% sobre todos os pagamentos ou saques no tesouro público” (Laurentino Gomes, em “1808”, pág. 172).

Sadismo, masoquismo, machismo e outras taras são perversões herdadas: “Os meninos indígenas eram cruelmente espancados nas cerimônias da puberdade” (Casa-Grande e Senzala, pág. 165). “Nos antigos colégios, houve verdadeira volúpia em humilhar a criança; reflexo da tendência geral para o sadismo, criado no Brasil pela escravidão e pelo abuso do negro” (Idem, pág. 507). “As meninas viveram sob a mais dura tirania dos pais – depois substituída pela dos maridos (...) que chegava ao extremo de internar moças casadas nos conventos, deixando o marido à vontade, para viver com a amante de sua predileção” (Pág. 557). “Era costume natural do indígena, variar de mulher e marido” (pág. 168).

O personalismo e a indisciplina são características da herança ibérica, e constituem marca registrada do comportamento brasileiro: “Os elementos anárquicos sempre frutificaram aqui” (Raízes do Brasil, pág. 33).

Efeitos da Propaganda

“O Estado comunista nada mais é do que uma monarquia absoluta em que não há súditos, mas apenas servos” (C. G. Jung, em Os Arquétipos e o Inconsciente Coletivo, pág. 131).

O socialismo é uma “religião” materialista do século XX. Jung observou que o arquétipo religioso brota com força da intuição instintiva do bem transcendente que reside no inconsciente de todos os seres humanos. Aflorando o impulso à consciência, a razão adota a sua escolha religiosa. Por isso, apelos espiritualistas e materialistas, como os “ismos” (“nacionalismo”, “socialismo”, “capitalismo”, “feminismo” etc.), terminam desenvolvendo um fervor religioso.

O socialismo prega a implantação do “Reino de Deus na Terra”, sob o império do Estado, que representa o Messias de todas as nações. Cada seita socialista adota catecismo próprio, mas todas abominam o direito de propriedade.

Após o colapso da União Soviética, o catecismo marxista foi substituído no Brasil por um novo breviário, os “*Cadernos do Cárcere*”, de Antonio Gramsci. O capítulo atual é o da “conquista da hegemonia do proletariado”, uma operação psicológica de longo curso, centrada na propaganda e na mobilização popular. Certos paradigmas, ditos “politicamente corretos”, são inculcados, maciçamente, com a intenção de transformar os padrões de civilização consagrados, isto é, forçar a transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista.

Para isso, é preciso extinguir a personalidade autônoma, transformando o ser humano em autômato, como explicou Jung. E, segundo a Dra. Marie Louise von Franz, a alienação artificial da razão, subjugada pelo inconsciente, termina deflagrando a dissociação neurótica e a enfermidade mental, geradoras de delírios de apatia e depressão, que levam ao consumo de droga e à violência (O Homem e Seus Símbolos, pág. 297).

4. PARADIGMAS OBJETIVOS

São as normas legais que condicionam ou restringem as atividades de segurança, inclusive a legislação em geral e os preceitos utilitários ou aplicativos ideológicos inseridos nas normas internas dos órgãos públicos.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A matriz de toda a legislação nacional é a Constituição Federal. Ao comparar as duas últimas, identificam-se as alterações introduzidas em 1988 que comprometeram os sistemas de segurança.

A Constituição de 1967 priorizava a Segurança Nacional, preservando uma tendência iniciada com a Revolução de 1930 e mantida na Constituição de 1946. O Conselho de Segurança Nacional (CSN), órgão de assessoria do Executivo, era de fato permanente e deliberativo, por nele incluir o próprio Presidente da República. Com isso, a atividade de Segurança integrava efetivamente a agenda política. Sua atribuição de assentimento prévio permitia-lhe antecipar providências nas questões de uso do território e de exploração dos recursos naturais estratégicos.

A Constituição de 1988 transformou o CSN em Conselho de Defesa Nacional (CDN), retirou-lhe a atribuição de assentimento prévio e o tornou meramente consultivo; portanto, secundário. A Segurança saiu da agenda política, razão que justifica a proliferação de reservas indígenas e ambientais na faixa de fronteira.

O Art. 142 retirou o protagonismo das Forças Armadas em questões de Segurança Interna, tornando-as dependentes da iniciativa política. E o Art. 42 omitiu o seu tradicional poder de polícia. A partir de então, o emprego de tropa federal na Segurança Pública passaria a ser considerado crime: "usurpação de função pública".

O inciso XVII do Art. 5º universalizou o direito de associação: "É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de

caráter paramilitar”. E o inciso XVIII legalizou os movimentos políticos antes clandestinos: “A criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento”. Com isso, o Estado abria mão do próprio direito de defesa, o que justifica a existência de 400 mil ONGs no Brasil, onde se ocultam atividades inconfessáveis, inclusive espionagem e tráfico.

a. Aplicativos Ideológicos

Sob inspiração fabianista, o governo FHC aplicou no setor de Defesa a doutrina do controle civil objetivo de Samuel Huntington – “A chave do cofre e a caneta em mãos civis”; criou o Ministério da Defesa; afastou as Forças Armadas do centro decisório político; instituiu o princípio da série histórica dos orçamentos militares, fixando como base o orçamento de 1995; e passou a controlar os fundos institucionais.



Os governos petistas, usando a ideologia gramscista inspirada pelo Foro de São Paulo, mantiveram a política anterior, e escalaram no processo revolucionário, com a institucionalização do Plano Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH-3).

A doutrina de Gramsci propõe a dissolução dos costumes, o iconoclasmo da tradição, a promoção das minorias, a desordem social e a indisciplina, como formas de enfraquecer o controle da “burguesia” sobre a sociedade, permitindo a massificação popular.

O preâmbulo do PNDH-3 faz um histórico da estratégia reformadora do País e torna explícita a sua intenção:

“Na metade dos anos 1970, ressurgiram no Brasil os movimentos sociais organizados. (...) Durante a constituinte de 1988,

passaram a atuar de forma articulada. A partir de então, consolidaram-se em redes nacionais. (...) Nos anos 1990, resistiram ao neoliberalismo, às privatizações, à revisão dos direitos sociais e ao enfraquecimento do Estado. Paralelamente, seus integrantes passaram a desempenhar funções de gestores públicos em larga escala. (...) Após as eleições de 2002, inseriram-se diretamente no governo”.

(...) “O PNDH-3 tem por objetivo, dentre outros, o controle externo dos órgãos públicos e dos compromissos internacionais, por meio de ouvidorias, tudo objetivando a democracia participativa”. Traduzindo, “democracia participativa” significa legitimar as pressões de base mobilizadas pela militância não governamental.

Sendo as Forças Armadas a principal “trincheira da burguesia” no conceito gramscista, passaram a ser politicamente neutralizadas, como pré-requisito à etapa final do processo revolucionário, a extinção do direito de propriedade.

Os efeitos acumulados dessa campanha podem ser aferidos por indicadores objetivos. A média salarial dos militares gira em torno de 25% abaixo da média da categoria de menor remuneração do serviço público, os servidores civis da administração direta. Os grandes sistemas de armas estão desatualizados ou obsoletos nas três Forças Armadas, e os estoques de munição, esvaziados.

Na verdade, desde 1995, o Brasil vem sendo desnacionalizado e padronizado, por meio de políticas inspiradas em ideias importadas, que ignoram o caráter do povo e a vocação nacional.

CONCLUSÃO

O comportamento da sociedade atual é típico da adolescência, sendo a insegurança não mais do que um indicador dessa imaturidade.

O exemplo constitucional citado é ilustrativo, pois comprova que a força da fantasia, embora inculcada de forma artificial, consegue prevalecer sobre o impulso natural de conservação coletivo.

Os instintos do inconsciente não cometem erros, pois que obedecem a leis imutáveis. Quem se engana é a razão humana. A psicologia veio desmentir a presunção de Francis Bacon, de que: “A ciência e a lógica podem resolver todos os problemas e ilustrar a infinita perfectibilidade do homem”.

A alienação do povo em questões de segurança e defesa é atávica, e a sua inconsciência decorre da ignorância a que tem sido relegado pelas elites governantes, historicamente baldas da noção de

responsabilidade devida. A sociedade é carente de orientação, educação e oportunidades de crescimento.

Como personalidade, o Brasil precisa submeter-se à terapia da “individuação”, uma espécie de catarse proposta por Jung, para trazer as mazelas do inconsciente coletivo ao nível da consciência nacional, a fim de consolidar seus referenciais de identidade e libertar-se das ideologias alienantes.

O conhecimento das raízes da insegurança pode ensejar a conscientização necessária a um consenso nacional em torno da solução.

As peculiaridades brasileiras são tão marcantes, que contraindicam as soluções exógenas. Logo, os paradigmas devem ser enfrentados pelo talento nativo.

O Brasil possui potencial anímico suficiente para superar as suas idiossincrasias e conquistar a harmonia que todos aspiram. Trata-se de enfrentar o desafio com fé no futuro. É preciso recobrar a esperança, para que a sociedade seja induzida à conciliação.

- A Editora. *Desafios à segurança pública no Brasil*. Disponível em: <https://aeditora.com.br/produto/desafios-a-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).
- Diário do Poder. *Exército dos traficantes no Rio de Janeiro já é maior que o efetivo da polícia militar*. Disponível em: <https://diariodopoder.com.br/claudio-humberto-home/exercito-dos-trafficantes-no-rio-de-janeiro-ja-e-maior-que-o-efetivo-da-policia-militar>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).
- Facebook. *Foto de 101165961805816*. Disponível em: <https://www.facebook.com/101156591806753/photos/a.101166131805799/101165961805816/?type=3>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).
- YouTube. *Vídeo XUqFgKkpNuo*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=XUqFgKkpNuo>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).

RECOBRAR A ESPERANÇA

(Março de 2015)

Sonhar novamente, avançar com fé, acreditar no futuro, enfim, viver. Simplesmente, retomar o destino natural do povo, hoje mergulhado num turbilhão de modismos e ao influxo de sugestões alienantes, que pretendem converter a criatura em autômato, desviando-a do plano do Criador.

O diabólico projeto de “desconstrução da sociedade burguesa” vige e age sem reboço, alimentado pelos recursos das próprias vítimas. Se algo, efetivamente, funciona no contexto político atual é o PNDH-3, pano de fundo de decisões de toda ordem que nos são impingidas, tornando artificial a nossa vida.

Para ele, o amor à família, o respeito herdado, o altruísmo e a honestidade consciente são valores que precisam ser varridos, juntamente com as instituições que os promovem.

O resultado dessa campanha nefanda reflete-se nos noticiários policiais e nos escândalos que fascinam a mídia. Nisso, superamos até mesmo as baixas da Síria e do Afeganistão. São 60 mil homicídios/ano.

A falta de administração pública é inversamente proporcional ao número de ministérios e servidores. São ao todo 39, com 22.700 cargos DAS, que permanecem intocados, pois decidido está que cabe ao povo, não ao governo, apertar o cinto e pagar mais impostos para salvar a economia.



Mesmo assim, a inflação cresce e a economia definha. Progresso mesmo, só o das taxas de juros e do dólar, já que a prioridade é sobreviver. E a confiança? Necessidade humana que se esvai, em evocações do “petrolão” e da incompetência.

Se este é o cenário que suportamos, e se é verdade que a soberania pertence ao povo, justo e perfeito é aplicá-la o quanto antes, para mudar o destino coletivo, preservando os bens que ainda existem.

O Brasil não merece o tratamento que recebe. O sentimento dos brasileiros precisa voltar ao natural, ao “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda, à alegria espontânea que sempre foi nossa, livre da hipocrisia do “politicamente correto”.

A compreensão é simples, mas a solução não é. E não há alternativa. Lutar é preciso, para que a vitória nos devolva a esperança, a fé no futuro e a alegria de bem viver.

Que nos anime a inspiração do grande Gonçalves Dias, na certeza de que: “A vida é combate, que aos fracos abate; e aos fortes, aos bravos, só pode exaltar”.



- Chiquinho Dornas. *Esperança roubada*. Disponível em: <https://chiquinhodornas.blogspot.com/2015/05/esperanca-roubada.html>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).
- Sagres. *Projeto Nação*. Disponível em: <https://sagres.org.br/projeto-nacao/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).

A CONJUNTURA NACIONAL E OS CENÁRIOS FUTUROS

(Julho de 2015)

1. PREÂMBULO

A sensação de insegurança e a incerteza do mercado de trabalho são os traços da conjuntura que marcam a realidade brasileira atual. A elas somam-se a desconfiança criada pela corrupção e a falta de esperança no futuro.



A realidade maquiada pela mídia, no entanto, mostra um mundo diferente, como a sugerir que não se vive o que se sente. Essa manipulação confunde o discernimento das pessoas, gera insegurança e lhes afeta o senso de julgamento. Como é inerente à natureza humana interpretar a realidade

segundo as próprias aspirações, a versão que tende a prevalecer é a dos sofismas que encantam o povo. Por isso, é fácil enganar a opinião pública.

Em acréscimo, o comportamento do brasileiro é notoriamente imprevisível. Essa instabilidade provém do descaminho do inconsciente coletivo, um cadinho de arquétipos herdados dos povos formadores da raça, que provoca impulsos emocionais imponderáveis. Segundo Gilberto Freyre, é uma característica da mestiçagem psicológica, um traço da personalidade coletiva de consolidação mais lenta do que a miscigenação biológica.

Diante dessa realidade, interpretar o cenário brasileiro é tarefa arriscada para qualquer analista. Por isso, faço a ressalva de que os comentários a seguir retratam apenas a minha visão pessoal, sem a pretensão da verdade absoluta.

Dito isto, passo a abordar o tema, começando pelo cenário do momento, para, depois, projetar os possíveis cenários de transição e chegar às considerações finais.

2. O CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL

O Brasil ainda não superou o estágio da adolescência sociológica. Porém, é inegável o progresso político já alcançado, fruto de uma evolução não linear, pela vivência histórica de alternativas diversas, correspondente aos ideais civilizatórios de cada época. Uma conquista recente que comprova o avanço político é a Lei de Responsabilidade Fiscal, por não mais permitir artifícios como a emissão de moeda, para cobrir os rombos das contas públicas.

No campo da política brasileira, estudos demonstram que as coligações são sempre pragmáticas, isto é, formadas por interesses e não por ideias. A exceção à regra pertence aos socialistas militantes que, investidos de cargo executivo, tendem a usar a ideologia como uma espécie de muleta, para a solução de problemas que transcendem a sua capacidade de resolvê-los.

A guinada do Brasil para a esquerda começou com FHC. Com um passado de militância socialista, sua aparente conversão ao neoliberalismo ocultava uma intenção transformadora de longo prazo, nos moldes da Escola Fabiana britânica. Seu governo conseguiu afastar a influência nacionalista dos militares do centro decisório político, ao relegar o Conselho de Defesa Nacional e criar o Ministério da Defesa. Esse ministério nasceu sob a inspiração da doutrina preconceituosa do "Controle Civil Objetivo", criada pelo estrategista americano Samuel Huntington. Na prática, enquanto adotava a receita econômica do Consenso de Washington, para contentar seus padrinhos estrangeiros, FHC, paralelamente, fomentava os movimentos sociais, com a criação da Lei das OSCIPs, que permite o financiamento público dos movimentos sociais, pavimentando o caminho para o PT.

Para chegar ao poder, o PT renunciou ao seu discurso messiânico. A carta de Lula ao povo brasileiro, de 22 de junho de 2002, avalizada pela aliança com os social-democratas do PMDB, firmou o compromisso partidário de respeitar os contratos e as regras do jogo democrático, para acalmar as correntes conservadoras.

Em sua origem, o PT acalentava o pensamento do jurista Raimundo Faoro. Em seu livro *Os Donos do Poder*, Faoro mostra que o sistema econômico brasileiro não é capitalista nem socialista, mas patrimonialista, e que o responsável pelo atraso da economia nacional é o que chamou de estamento burocrático. Essa opinião era consenso nos meios intelectuais do país e, a partir da década de 1970, incorporou-se como bandeira de esquerda.

A chegada de Lula à presidência da República, no entanto, fez prevalecer a perspectiva de poder ilimitado, que se abria sob os auspícios da ideologia de Antonio Gramsci. Essa doutrina, descrita nos "Cadernos do Cárcere" daquele filósofo comunista italiano, foi acolhida pelo Foro de São Paulo, que é a matriz de quase todos os movimentos sociais da América Latina.

O Foro de São Paulo foi criado por Lula e Fidel Castro, em 1990, após o colapso do comunismo na Europa, para ser a Internacional Socialista da América Latina. Na sua primeira conferência, tratou de discutir o futuro do socialismo e as compensações ao regime cubano pela perda dos subsídios soviéticos, que representavam 40% do PIB de Cuba. Orienta a política de relações exteriores do Brasil, com o propósito de fomentar a integração política, econômica e cultural da América Latina, dentro dos parâmetros socialistas. Atualmente, congrega mais de 100 entidades, legais e ilegais, inclusive o PT, PC do B, PSTU, PDT, o MST, o PC de Cuba, o PSUV (Venezuela), as FARC (Colômbia) e o MIR (Chile).

A doutrina Gramsci é um plano de campanha psicológica, que tem como meta "desconstruir" os fundamentos da sociedade "burguesa", a fim de impor a sociedade marxista; em outros termos, reverter a liberdade individual, conquistada a duras penas a partir da Revolução Francesa, a um estágio civilizatório estalinista e pré-feudal. Para isso, preconiza a infiltração generalizada da administração pública e dos setores dominantes da sociedade, mediante a "ocupação de espaços", a fim de conquistar a "hegemonia", isto é, o consenso da opinião pública em torno das teses do partido, legando-lhe a hegemonia política, social e econômica.

Ao assumir o poder, o PT passou a priorizar o seu projeto subterrâneo, com o uso da propaganda de massa e do Terceiro Setor, enquanto agia pragmaticamente na condução dos negócios públicos. Sem um plano de ação, simplesmente, improvisou a sua gestão, dando sequência à administração anterior. A "ocupação de espaços" já atinge 22,7 mil cargos de nível DAS, somente na administração direta e nas estatais. O escritor Olavo de Carvalho afirma que a mesma estratégia foi aplicada às redes de ensino e cultura, reduzindo-as a instrumentos de formação de militância. Como resultado, a cultura no país degradou-se e a opinião pública perdeu a sua capacidade crítica.

O projeto de transformar os costumes foi codificado em política pública no PNDH-3, contando com os contratos milionários de propaganda e a utilização dos movimentos sociais na mobilização permanente da população.

Meus amigos, o Estado é um leviatã biruta, que não tem o direito de impor costumes à sociedade, sobretudo quando guiado por um partido que a corrompe, para dominá-la.

Paralelamente, no papel de “intelectual coletivo”, o partido passou a fomentar os “movimentos de minorias”, ironicamente, plantados por fundações internacionais com interesses inconfessáveis. Essa estratégia tem subvertido o quadro de valores da maioria e contribuído para semear a confusão, levar a opinião pública à anomia e a população urbana à criminalidade.

Contudo, teve de lançar mão das grandes empresas privadas, para atender ao compromisso ideológico de socorrer os regimes e movimentos de esquerda da América Latina. Numa imitação do modelo chinês, passou a investir recursos do BNDES e dos fundos de pensão em setores estratégicos que impactam o PIB, como a construção civil, o petróleo e a indústria automobilística, criando megaempresários dependentes do Estado. Na verdade, a política de fomentar “players” internacionais embute uma armadilha ideológica: numa fase posterior, esses setores podem vir a ser estatizados. Ironicamente, o artifício fez crescer ainda mais o patrimonialismo no Brasil, frustrando os intelectuais de esquerda fiéis ao ideário original.

Em pouco tempo no poder, o Partido se deu conta de que o apoio da sua coalizão parlamentar era incerto, por exigir uma negociação para cada projeto do governo. Para garantir apoio contínuo, o então ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, concebeu o chamado “mensalão”, como descrito pelo delegado Romeu Tuma Jr., à página 144 do seu livro *Assassinato de Reputações*. O sociólogo Marco Antonio Villa, em *Um País Partido*, afirma que a administração petista transformou o Palácio do Planalto em um grande balcão de negócios; o Poder Executivo ganhou o controle dos outros dois poderes e o próprio STF passou a ser um “puxadinho” do Palácio do Planalto.

A condenação posterior dos principais dirigentes partidários por corrupção erodiu o discurso petista pela ética na política. Graças ao fenômeno do lulismo, a corporação petista teve uma hipertrofia considerável nos últimos doze anos, mas a sua alma parece ter decrescido na mesma proporção, arrefecendo o ardor da militância.

Recentemente, a operação “Lava-Jato”, da Polícia Federal, trouxe a público a notícia de corrupção generalizada na Petrobras, transformada pelo PT em instrumento político. Somente a parte já comprovada dos recursos envolvidos na fraude equivale à soma dos orçamentos nacionais da Bolívia e do Paraguai. A planilha entregue por Pedro Barusco torna pública a distribuição de R\$ 1,2 bilhão de propina

ligada aos 89 maiores contratos, no montante de R\$ 97 bilhões. O próprio balanço de 2014 da estatal estimou as perdas totais por má gestão em R\$ 44,6 bilhões. O prejuízo foi contabilizado em R\$ 21,6 bilhões, inclusive o valor das propinas, orçado em R\$ 6,2 bilhões.

Por essa mesma operação, descobriram-se ligações ilícitas com outras estatais, envolvendo recursos de vulto do BNDES e dos Fundos de Pensão, parecendo demonstrar que a corrupção tornou-se endêmica no País e que não se restringe à militância do PT, mas implica, também, políticos dos partidos da base aliada e até mesmo da oposição.

Nos últimos 12 anos, potencializou-se a crise do setor público, por gestão ineficiente e falta de transparência. A administração não tem sido capaz sequer de executar o orçamento anual. Não há segurança jurídica para os grandes empreendimentos. O Estado foi hipertrofiado e o seu custo vegetativo tornou insuportável a carga tributária. A economia estagnou-se em 2014, enquanto a taxa de inflação continua a crescer. O governo não cumpriu o superávit primário de R\$ 99 bilhões e ainda teve de postergar débitos no valor de R\$ 226 bilhões, como restos a pagar em 2015. Segundo o ministro Joaquim Levy, o déficit das contas públicas foi de 7,5% do PIB (= R\$ 90,3 bi); e a dívida interna chegou a R\$ 3 trilhões.

Atualmente, o governo tenta aplicar o ajuste fiscal e aumentar a carga tributária, para estabilizar a economia, mas mantém intocada uma estrutura gigantesca de 38 ministérios. Somente a despesa anual dos aluguéis de imóveis necessários para abrigá-los custa R\$ 1bilhão. Os indicadores do ajuste demonstram frustração da meta, pois que a receita já caiu 4,4%, devido à recessão, enquanto que a redução da despesa foi de apenas 0,8%.

Por sua vez, o sistema representativo está, igualmente, hipertrofiado e caro, o que causa a paralisia do Legislativo. São 32 partidos políticos, muitos deles criados para sigla de aluguel; 513 deputados federais e 81 senadores. O gigantismo contribui para retardar a solução de problemas candentes, como o da segurança pública, e faz o Legislativo ceder espaço aos demais poderes.

Os sintomas gerais são de crise política. O apoio do PMDB ao governo não é mais confiável. A popularidade da presidente caiu para um dígito. Ela havia se afastado do seu vice, desde que ele apoiou a candidatura de Eduardo Cunha para a presidência da Câmara, mas viu-se forçada a delegar-lhe as relações institucionais com o Congresso, o que implica as negociações dos cargos de 2º e 3º escalões. Portanto, o Executivo não consegue esconder a própria fraqueza, e isso gera uma distorção do sistema presidencialista, forçando a presidente a aceitar uma espécie de "status" parlamentarista. E a insegurança pública,

sobretudo nos grandes centros, é tida como alarmante pelo historiador Bóris Fausto. Por sua vez, os decantados avanços sociais restringiram-se a uma camada clientelista, em detrimento do progresso geral.

A oposição, no entanto, não consegue se afirmar como alternativa de mudança, talvez por estar contaminada da mesma secura esquerdista. Enquanto isso, grande parte da classe média parece despertar da apatia de mais de uma década, como ficou patente na última eleição e nas manifestações recentes, gestadas nas redes sociais.

Sob pressão da crise, o PT não consegue mais enxergar a realidade. Surpreendido com as manifestações de março, a providência adotada foi convocar os marqueteiros, para tentar mudar a imagem. Parece que, de tanto semear ilusões, os ideólogos passaram a acreditar nelas. Eles ainda não se deram conta de que o objetivo final de todo projeto socialista – a eliminação da propriedade privada, com a centralização dos meios de produção nas mãos do Estado – é inviável, como ficou demonstrado na tentativa soviética de 70 anos e em meio século de marxismo chinês.

O fato é que o projeto socialista fracassou, e a bandeira da igualdade absoluta está superada pelas conquistas sociais de mais de um século de evolução contínua. As esquerdas terão que se contentar com os limites do “welfare state”, em parâmetros não muito diferentes dos de John Maynard Keynes.

Atualmente, o setor que se mantém como sustentáculo da economia é o agronegócio, responsável por quase 40% do PIB, um ramo de atividade difícil de ser cooptado politicamente, mesmo sob a chantagem de uma legislação preconceituosa, trabalhista, indigenista e ambientalista.

O resultado das eleições de 2014 não convenceu. O Historiador Marco Antônio Villa classificou-as como as mais sujas da história da República, consistindo em uma batalha de marketing, em que não sobrou espaço para o debate de programas. Dilma venceu com 54.490.000 votos, correspondendo a 51,64% dos votos válidos, enquanto Aécio Neves recebeu 51.040.000, isto é, 48,36 %. Foi uma vitória apertada, alcançada por meio da “desconstrução” da imagem pessoal de Marina Silva no primeiro turno e de Aécio Neves no segundo, e dos 15 milhões de famílias que recebem o benefício do programa “Bolsa Família”. E não ficou clara a lisura do processo eleitoral, pendente de rumores não desmentidos de insegurança das urnas.

O governo saiu enfraquecido, e seu apoio parlamentar encolheu. Tornou-se refém do mercado e do PMDB e não terá força para

promover as reformas econômicas necessárias, e muito menos para um projeto de desenvolvimento do país.

O comentário que bem resume a conjuntura atual partiu do próprio ex-presidente, na reunião com religiosos, organizada por Gilberto Carvalho, em junho, dentro do Instituto Lula: “Dilma e eu estamos no volume morto. O PT está abaixo do volume morto”. Na oportunidade, ele ainda lamentou o resultado de uma pesquisa recente no berço do PT (Santo André e S. Bernardo do Campo): “A nossa rejeição chega a 75%. Entreguei a pesquisa para Dilma, em que nós só temos 7% de bom e ótimo”.

Para complicar, veio a repercussão do julgamento das contas públicas de 2013 e 2014 pelo TCU, depois que uma auditoria feita na CEF e nos Ministérios do Trabalho e de Desenvolvimento Social comprovou que foram usados recursos próprios no pagamento de despesas da União com os programas Bolsa Família, Seguro Desemprego e Abono Salarial. Diligências posteriores comprovaram a mesma prática pelo Banco do Brasil e BNDES, como artifício para encobrir o déficit fiscal. O procedimento foi batizado pela mídia como “pedalada fiscal”, porque viola a lei de Responsabilidade Fiscal. Se condenada, a presidente fica vulnerável a um processo de “impeachment”.

A classe média já se deu conta da enganação. As redes sociais viraram caixas de ressonância da opinião pública. O clima de contestação existente tende a potencializar as manifestações e gerar desordem e anarquia, com repercussão no Congresso Nacional.

Em evento recente, promovido por um jornalista em S. Paulo, observei que a pressão só não se tornou irresistível, por falta de alternativa para o poder, pois os partidos atuais não se apresentam como solução confiável. Nesse contexto, parece menos mal manter a presidente eleita, embora limitada por um viés parlamentarista do Congresso, enquanto o cenário não se define.

Sempre considerei inviável a chamada intervenção militar constitucional, proposta por um grupo paulista. A meu ver, essa solução seria fruto de uma minoria alienada e radical, mas fui surpreendido com as opiniões de três desembargadores, que concordaram com a sua legitimidade. No debate ocorrido, houve convergência dos civis; ironicamente, apenas eu e o Gen Castro, que representava o Clube Militar, contrariamos o consenso.

A sociedade clama por mudança. O PT dispersou a sua oportunidade histórica, com um projeto alienante. O modelo petista entrou em exaustão, por fadiga política. No entanto, a oportunidade da

mudança e a composição de um governo mais legítimo são variáveis imprevisíveis.

3. CENÁRIOS FUTUROS



Em vez de projetar cenários alternativos, prefiro intuir a evolução da conjuntura a partir da situação de fato. O futuro vai depender do tipo de desfecho da atual crise e da maneira como serão enfrentados os paradigmas que retardam o progresso. Quase todos esses desafios requerem uma abordagem de cunho social-liberal, o que me faz crer que essa será a feição do cenário de transição futuro.

A história política brasileira tem demonstrado que a maior responsável pelas nossas crises periódicas é a dialética da hegemonia, uma cultura dos partidos que dificulta a conciliação nacional. O Brasil anseia por um pacto de conciliação das diversas correntes partidárias em favor do progresso. O caso histórico da Espanha sinaliza como uma grave advertência. Após a morte do Gen Franco, os partidos espanhóis conseguiram fechar suas contas internas no Pacto de Moncloa, ajustadas que foram por uma guerra civil que perdurou por cinco anos e consumiu 700.000 vidas.

Dentre os desafios ao governo, o primeiro consiste em recuperar a credibilidade. Para isso, é indispensável racionalizar o Setor Público, a fim de reduzir a despesa e aumentar a eficiência; enxugar a máquina administrativa e profissionalizar os quadros, como ocorreu nos Estados Unidos, após a crise da década *grantista*.

Na Economia, terá de ser enfrentado o paradigma patrimonialista, começando por uma legislação que assegure segurança jurídica e garanta o direito de propriedade, a fim de estimular os investimentos. O propósito de desenvolver a economia amazônica no contexto do mercado nacional é uma parte do todo que merece urgência, para responder às pressões ambientalistas e indigenistas do exterior, que forçam a adoção de uma virtual zona de exclusão econômica à Região, mediante uma legislação interna crescentemente restritiva. E a recuperação da competitividade industrial vai exigir um programa abrangente, voltado para a educação, com a substituição do modelo atual e desideologização dos quadros docentes.

No campo Psicossocial, ressalta a questão da insegurança pública, cuja solução passa pela revisão da maior parte da legislação

existente, a fim de recuperar a eficácia da punibilidade. A desintoxicação da opinião pública vai exigir um investimento psicológico monumental em novos condicionamentos, para recuperar a identidade nacional e os valores fundamentais da tradição, como: honestidade, solidariedade, patriotismo e cumprimento da palavra empenhada. Vai ser preciso reeducar o povo pelo bom exemplo; proteger a família, ensinar as noções de livre-arbítrio individual, dignidade e respeito e valorizar o mérito das pessoas. Não vejo como encarar o desafio sem cooperação religiosa.

A solução dos problemas que se acumularam no país requer uma abordagem sistêmica, condição difícil de se obter, quando não existe um projeto de futuro. Um país continental de 200 milhões de habitantes não pode avançar sem planejamento. É preciso superar o atavismo da improvisação, herdado do colonizador português, como reza Sérgio Buarque de Holanda. Por ironia, foi o método de planejamento estratégico introduzido por Stalin na União Soviética, que impulsionou o desenvolvimento das economias capitalistas do Ocidente nas décadas de 1960/1970.

Feitas essas considerações, vejo dois cenários de transição possíveis, em função das hipóteses de desfecho da crise: mudança de governo dentro da ordem e mudança por ruptura.

No primeiro caso, a solução do “impeachment” pode demandar tempo e pressão popular, em face do compadrio e do comprometimento de grande parte do Legislativo. Um processo menos desgastante, preferido por muitos políticos, é a via do TSE, mediante a valorização dos possíveis crimes eleitorais ocorridos no financiamento da última campanha. Mas, a variante menos traumática seria a renúncia negociada. No entanto, qualquer que seja o processo legal, e desde que não haja alteração de paradigmas, as reformas tenderão a ser postergadas até uma próxima crise. Portanto, este cenário tende a desaguar no padrão do príncipe Fabrizio Salina, personagem principal do romance de Lampedusa: “Mudar, para tudo continuar como está”.

O segundo caso, por ruptura da ordem legal, pode ensejar a adequação da Carta Magna e um programa de reformas, desde que surja uma liderança esclarecida e obstinada. Este cenário é pouco provável no momento, uma vez que a insatisfação ainda não ameaça o funcionamento das instituições, a lei e a ordem. Diferentemente das crises de 1930 e 1964, a conjuntura ainda viabiliza alternativas constitucionais para um desfecho legal. Contudo, o cenário não pode ser descartado no Brasil, pelas razões arquetípicas já comentadas.

Por outro lado, considerando o estado de degradação a que chegou a sociedade, um arranjo emergencial não pode dispensar a contribuição das instituições que preservaram a credibilidade e os seus

valores fundamentais. De alguma forma, tende a retornar a influência militar moderadora, o que sugere prevenir o antigo messianismo dos tenentes, a fim de evitar rejeições.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que as condições da ordem política atual não permitem transformações substanciais do “status quo”, mesmo com a substituição da presidente. A vantagem da mudança seria apenas o descarte do PT, não obstante constituir esse fato um benefício inestimável ao país.

O método cartesiano nos ensinou que conhecer o problema é parte da solução. Portanto, é nosso dever esclarecer a opinião pública da manipulação e dos abusos que vêm sendo perpetrados no Brasil, em nome da democracia e dos direitos humanos. A juventude precisa ter acesso a informações outras, de fontes distintas da propaganda oficial.

Mudar é preciso. Neste momento de crise, toda consciência autônoma, livre e de bons costumes, precisa despertar para a luta patriótica, contribuindo para o retorno da autoestima nacional, do orgulho de ser brasileiro e da esperança no futuro.

Muito obrigado!

- REAG. *Conjuntura econômica dezembro 16/janeiro 17*. Disponível em: <https://reag.com.br/conjuntura-economica-dezembro-16janeiro-17/>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).
- Rural Pecuária. *Livro aponta cenários para o desenvolvimento futuro do Brasil*. Disponível em: <https://ruralpecuaria.com.br/tecnologia-e-manejo/livros-e-informativos/livro-aponta-cenarios-para-o-desenvolvimento-futuro-do-brasil.html>. Acesso em: 18 jun. 2024. (Glossário, link de imagem).